



# Avaliação de 2019 do PRODERAM 2020

Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira 2014-2020

## Relatório Final - ANEXOS

Abril de 2019

(Com actualização em Junho de 2019)

Cofinanciado por:



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA  
Secretaria Regional de Agricultura e Pescas



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural  
A Europa Investe nas Zonas Rurais

### **Autoria**

AGRO.GES, Sociedade de Estudos e Projectos, Lda

Abril de 2019

### **Coordenação Global e Científica**

Professor Francisco Avillez

### **Coordenação Operacional**

Pedro Serrano

### **Equipa Técnica**

Ana Frazão

Francisco Campello

Nélia Aires

Vera Martins

### **Controlo de Qualidade**

Francisco Gomes da Silva

## Índice Geral

ANEXO I - ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA POR TIPO DE BENEFICIÁRIO .....	5
ANEXO II – ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO GEOGRÁFICA DO PROGRAMA.....	9
ANEXO III – REANÁLISE DA LÓGICA DE INTERVENÇÃO DO PROGRAMA .....	23
ANEXO IV – ANÁLISE DO QUADRO DE DESEMPENHO.....	32
ANEXO V – LISTA DE ENTREVISTAS REALIZADAS.....	34

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Repartição da despesa pública do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 por tipo de beneficiário.....	5
Gráfico 2 – Implementação das operações de investimento a 31 de Dezembro de 2018 por tipo de beneficiário.....	6
Gráfico 3 - Implementação das operações de investimento a 31 de Dezembro de 2018 por beneficiários privados por medida .....	7
Gráfico 4 - Implementação das operações de investimento a 31 de Dezembro de 2018 por Municípios por medida.....	7
Gráfico 5 - Implementação das operações de investimento a 31 de Dezembro de 2018 pela Administração Regional por medida .....	8
Gráfico 6 – Despesa pública total média por hectare de SAU por Concelho.....	22

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Contribuição das medidas/acções do PRODERAM 2020 para os seus objectivos .....	25
Tabela 2 – Indicadores de Contexto - I Situação socioeconómica e rural.....	26
Tabela 3 – Indicadores de Contexto - II Agricultura/Análise sectorial.....	28
Tabela 4 - Indicadores de Contexto - III Ambiente/clima.....	30
Tabela 5 – Grau de cumprimento do Quadro de Desempenho do PRODERAM 2020 até final de 2018.....	32

## Índice de Figuras

Figura 1 – Relação entre os objectivos do PRODERAM 2020 e as necessidades identificadas.....	23
Figura 2 - Relação entre os objectivos do PRODERAM 2020 e as Prioridades do FEADER .....	24

## Índice de Mapas

Mapa 1 – Distribuição geográfica da medida 4.1 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 .....	9
Mapa 2 – Distribuição geográfica da acção 4.3.1 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 .....	10
Mapa 3 – Distribuição geográfica da acção 4.3.2 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 .....	11
Mapa 4 – Distribuição geográfica da medida 8 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 .....	12
Mapa 5 – Distribuição geográfica das outras medidas de investimento do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 .....	13
Mapa 6 – Distribuição geográfica da totalidade das medidas de investimento do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 .....	14
Mapa 7 – Distribuição geográfica da acção 10.1.1 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 .....	15
Mapa 8 – Distribuição geográfica da acção 10.1.2 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 .....	16
Mapa 9 – Distribuição geográfica da medida 11 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 .....	17
Mapa 10 – Distribuição geográfica da medida 12.2 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 .....	18
Mapa 11 – Distribuição geográfica da medida 13 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 .....	19
Mapa 12 – Proporção da abrangência da medida 13 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 face à SAU .....	20
Mapa 13 – Distribuição geográfica da despesa pública paga total do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018.....	21

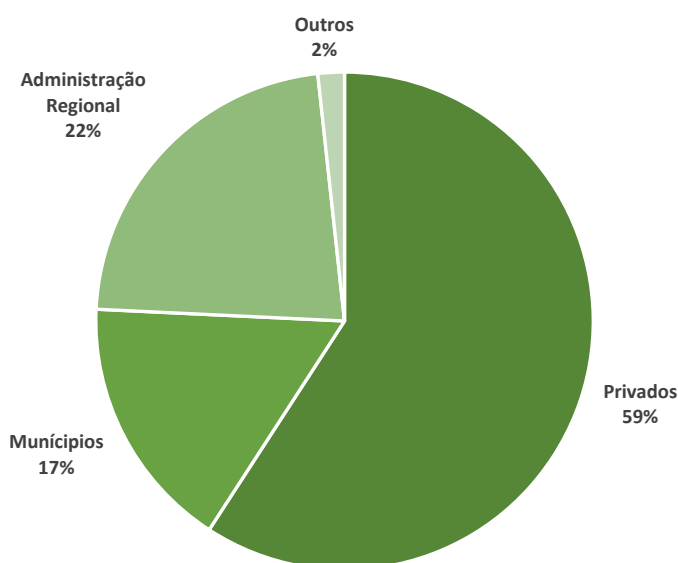
## Anexo I - Análise da Implementação do Programa por Tipo de Beneficiário

A implementação do PRODERAM 2020 até final de 2018, considerando como tal o conjunto de operações com execução nas medidas de apoio ao investimento e de pagamentos efectuados nas medidas integrantes do Pedido Único, fica marcada por alguns aspectos que importa destacar:

- Um grande número de beneficiários privados nas medidas do PU, que atingem praticamente a totalidade das explorações existentes na Região;
- Uma grande concentração do número de projectos de investimento em beneficiários privados (81%), a grande maioria dos quais na medida 4.1 (62%);
- O direccionamento de uma grande parte da despesa pública do Programa para beneficiários de carácter público – 40% de toda a despesa pública e 71% da despesa pública afecta a projectos de investimento.

De facto, e como se pode verificar na figura seguinte, a Administração Regional (organismos das Secretarias Regionais e ARM) beneficiaram de cerca de 22% das despesa pública já aprovada, a que acresce 17% destinada a projectos promovidos por Municípios. Aos privados foi atribuída cerca de 59% da despesa pública aprovada (via projectos de investimento e pagamentos PU). Os restantes 2% incluem operações de outros beneficiários (Associações, Juntas de Freguesia e GAL, entre outros), geralmente de pequena dimensão.

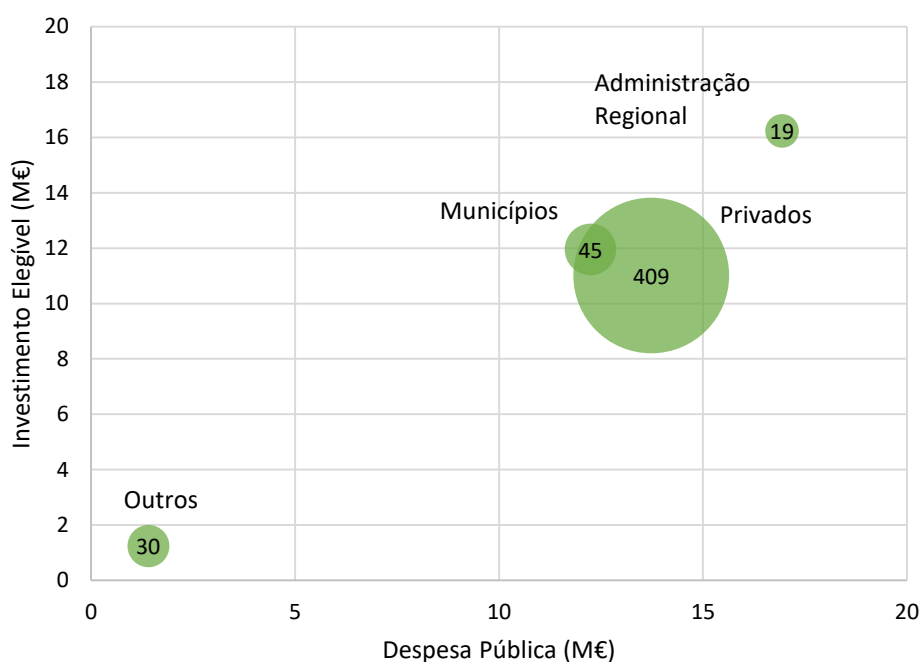
Gráfico 1 - Repartição da despesa pública do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 por tipo de beneficiário



Fonte: Dados AG PRODERAM 2020 e IFAP.

No que se refere apenas às operações de investimento com execução, estas são essencialmente promovidas por beneficiários privados (81%), seguidos pelos Municípios (9%) e Administração Regional (4%). Tendo cerca de 31% do investimento elegível, os privados representam 27% da despesa pública, sendo a grande fatia desta dedicada à Administração Regional (40%) e Municípios (30%).

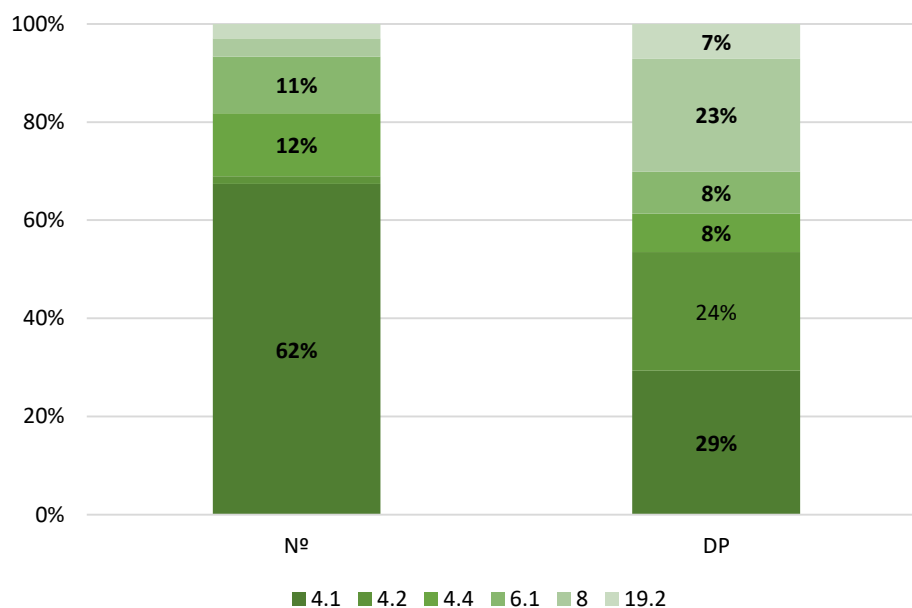
Gráfico 2 – Implementação das operações de investimento a 31 de Dezembro de 2018 por tipo de beneficiário



Fonte: Dados AG PRODERAM 2020.

No que respeita apenas aos beneficiários privados, verifica-se uma grande concentração do número de projectos na medida 4.1 (62%), particularmente na submedida 4.1.1 (42%), embora a consequente despesa pública aprovada esteja essencialmente repartida entre a medida 4.2, a submedida 4.1.2 e o conjunto de submedidas da medida 8, que totalizam 70% desta despesa pública.

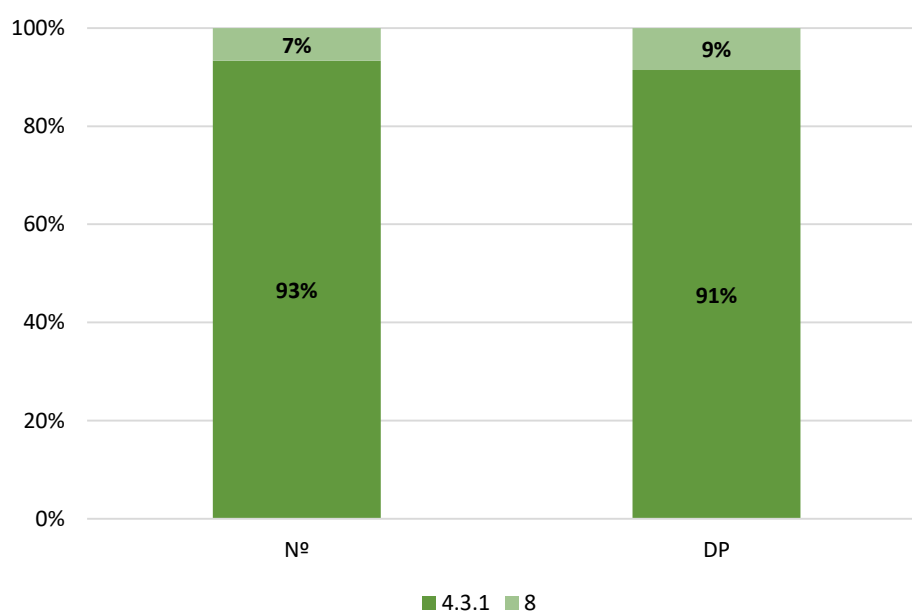
Gráfico 3 - Implementação das operações de investimento a 31 de Dezembro de 2018 por beneficiários privados por medida



Fonte: Dados AG PRODERAM 2020.

Os Municípios concentraram a sua actuação no âmbito do PRODERAM 2020 em apenas duas medidas – o apoio às acessibilidades (4.3.1) e os apoios florestais (submedidas da medida 8), com muito maior ênfase na primeira, quer em número de operações (93%), quer em despesa pública (91%).

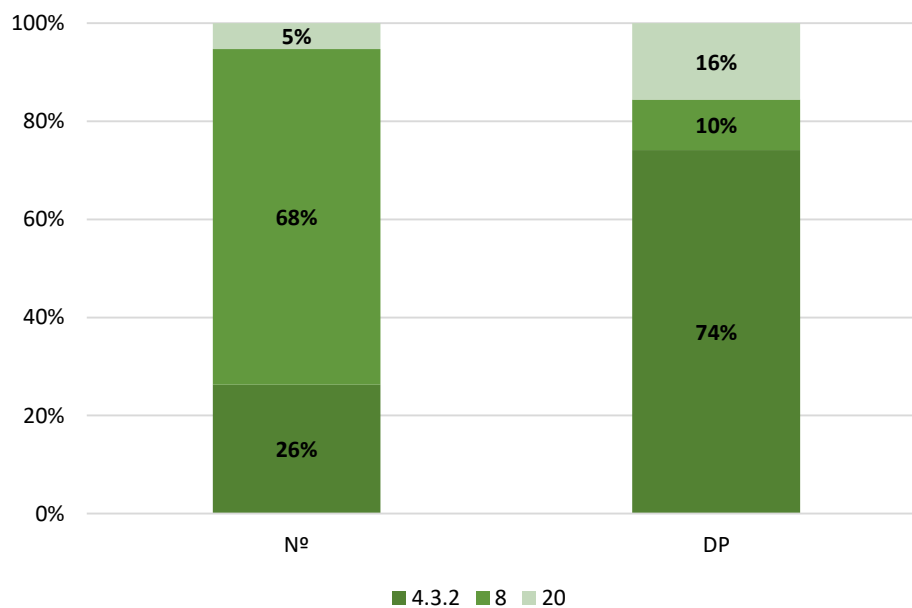
Gráfico 4 - Implementação das operações de investimento a 31 de Dezembro de 2018 por Municípios por medida



Fonte: Dados AG PRODERAM 2020.

Por último, os organismos da Administração Regional beneficiaram essencialmente de investimentos em regadios colectivos (4.3.2), medidas florestais (8) e assistência técnica (20), sendo os primeiros os mais relevantes, com 74% da despesa pública já executada.

Gráfico 5 - Implementação das operações de investimento a 31 de Dezembro de 2018 pela Administração Regional por medida



Fonte: Dados AG PRODERAM 2020.

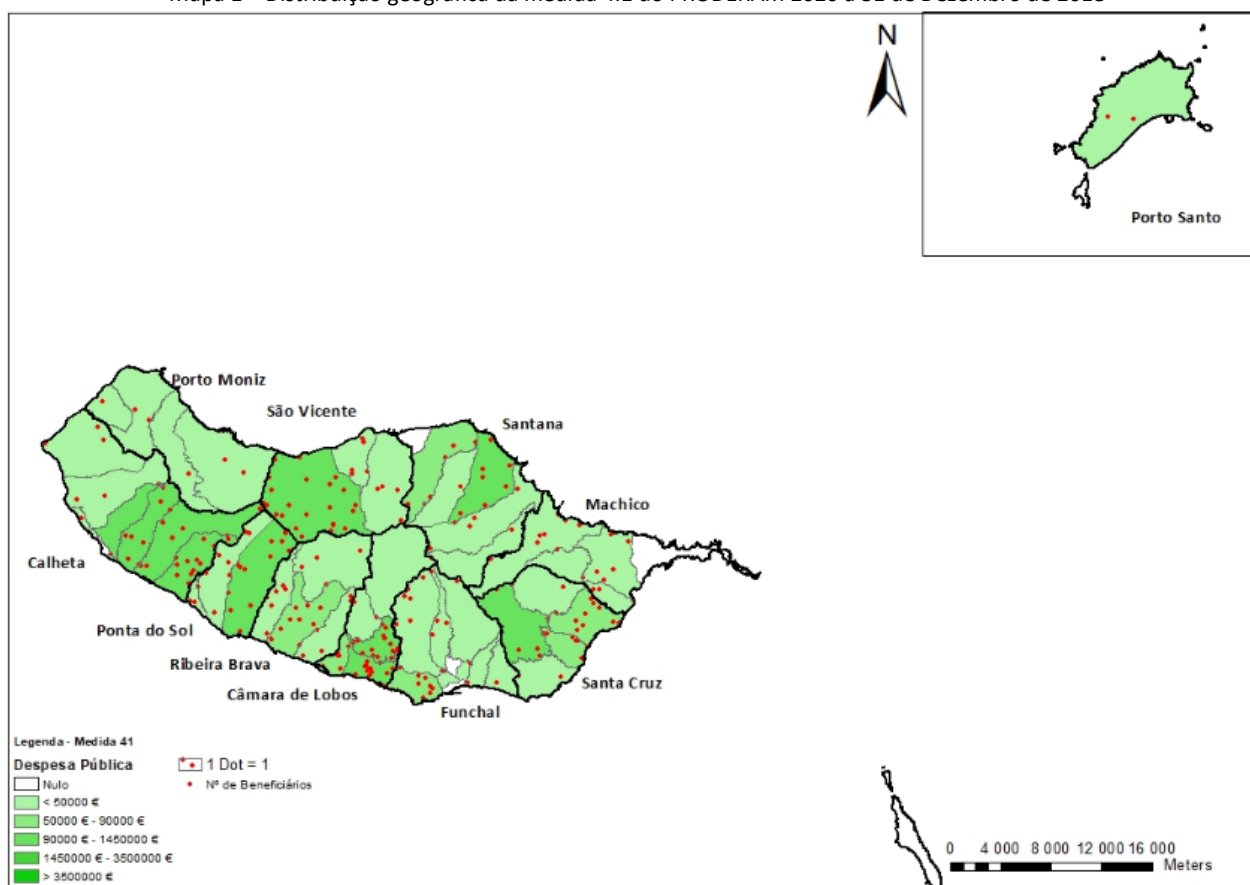


## Anexo II – Análise da Implementação Geográfica do Programa

O PRODERAM 2020 é aplicado em todo o território da Região Autónoma da Madeira, embora a sua implementação até final de 2018 tenha tido alguma concentração geográfica, variável em função de cada medida. Na presente análise são consideradas as operações em curso ou concluídas e respectiva despesa pública paga até final de 2018, bem como o número de beneficiários, áreas e pagamentos até final de 2018 em medidas integrantes do Pedido Único (PU).

No que respeita às principais medidas de apoio ao investimento, a localização dos investimentos públicos e privados é distinta. Assim, na principal medida de apoio ao investimento nas explorações agrícolas (4.1) as 252 operações apoiadas estão relativamente dispersas por todo o território, com excepção dos concelhos de Porto Moniz e Porto Santo (apenas 2% e 1% do número de operações com execução), embora a respectiva despesa pública (3,2 M€) se concentre preferencialmente nos concelhos da Calheta (24%) e São Vicente (23%). Câmara de Lobos (11%), Santana (10%), Ponta do Sol (9%) e Santa Cruz (8%), têm também relevância nos apoios ao investimento nas explorações agrícolas.

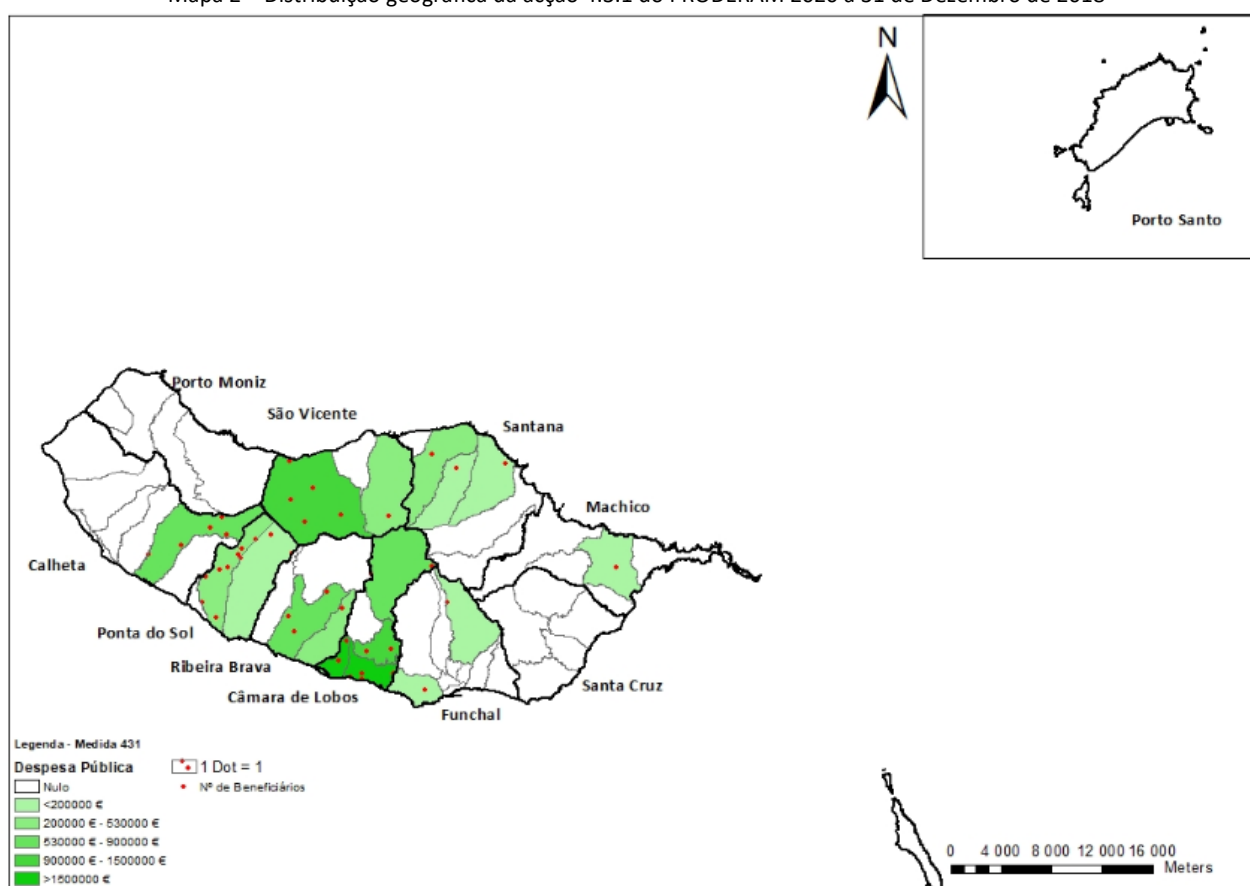
Mapa 1 – Distribuição geográfica da medida 4.1 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018



Fonte: Dados AG PRODERAM 2020.

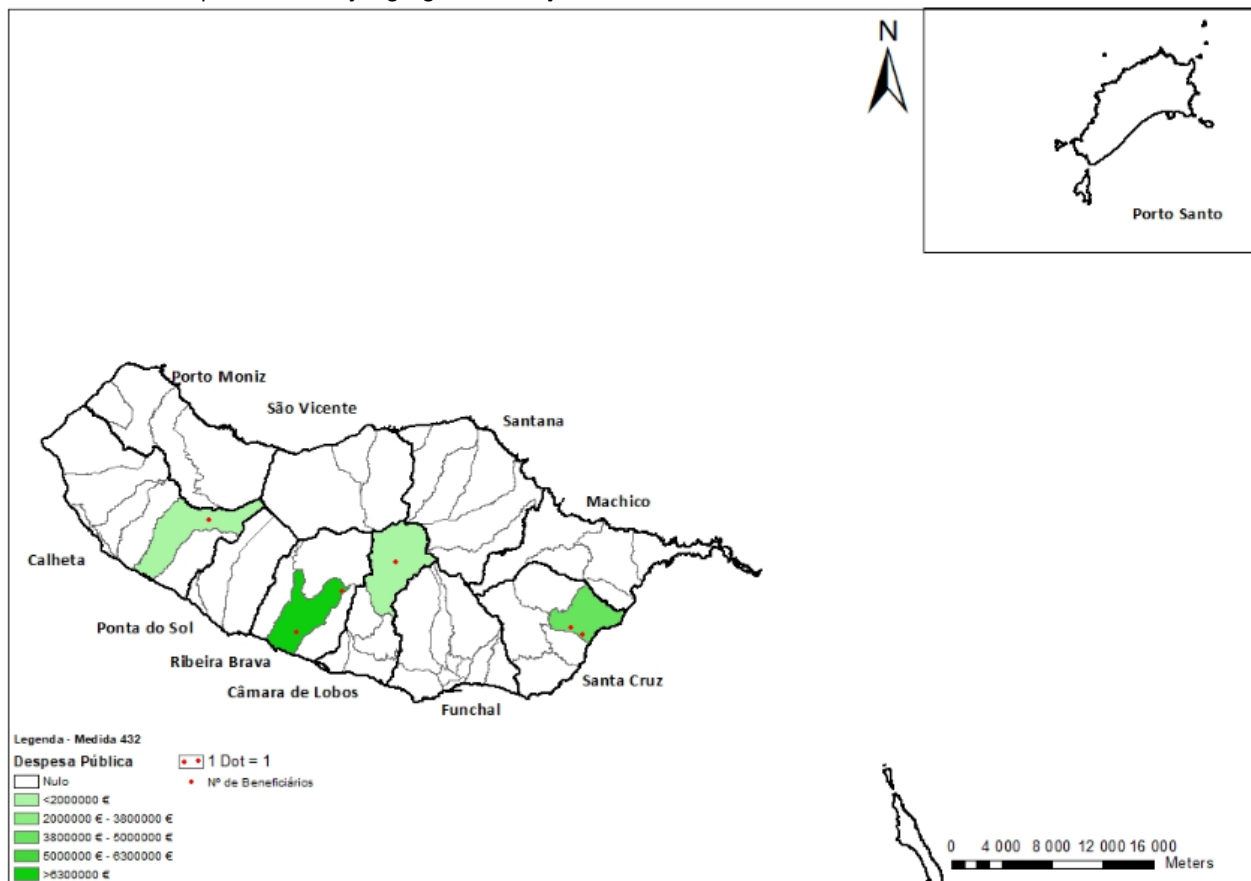
As medidas de apoio ao investimento com maior relevância no Programa em termos de despesa pública são as relativas à construção de infraestruturas, essencialmente de natureza pública - 4.3.1 e 4.3.2, com respectivamente 42 e 6 operações e uma despesa pública paga de 11,1 M€ e 12,4 M€. As operações apoiadas na acção 4.3.1 repartiram-se pelos concelhos de Ponta do Sol (26%), Câmara de Lobos (24%), São Vicente (14%), Calheta (12%) e Ribeira Brava (10%). Contudo, a despesa pública está muito concentrada em Câmara de Lobos (54%), com os restantes concelhos mencionados a abrangerem 37%. Refira-se que nesta acção a despesa pública nos concelhos de Porto Moniz, Porto Santo e Santa Cruz foi nula.

Mapa 2 – Distribuição geográfica da acção 4.3.1 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018



Na acção 4.3.2 a concentração dos apoios é ainda maior, com as operações repartidas por apenas quatro concelhos – Ribeira Brava (33%), Santa Cruz (33%), Calheta (17%) e Câmara de Lobos (17%) – e a despesa pública quase integralmente localizada na Ribeira Brava (61%) e Santa Cruz (32%).

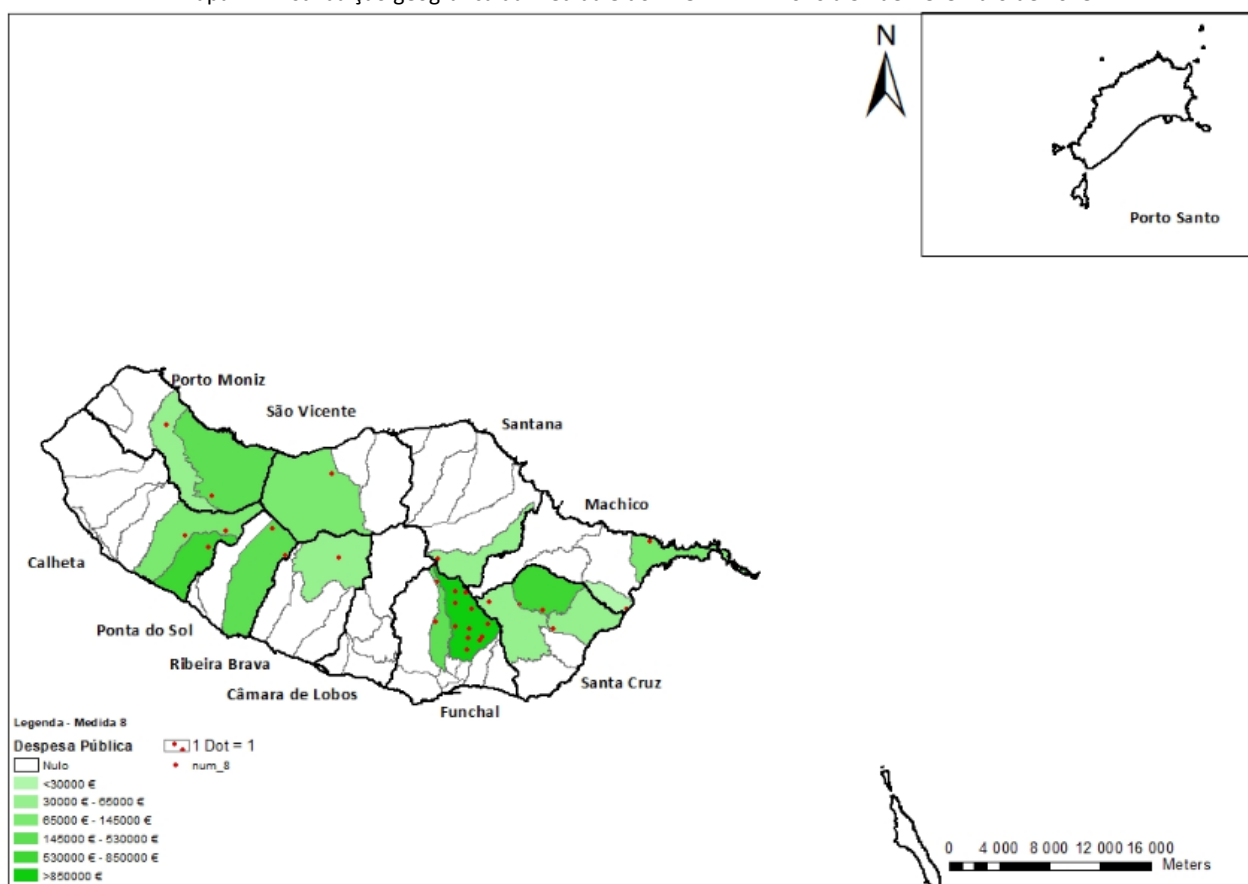
Mapa 3 – Distribuição geográfica da acção 4.3.2 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018



Fonte: Dados AG PRODERAM 2020.

No que respeita ao conjunto das medidas florestais (total da medida 8), há também uma grande concentração, sendo o concelho do Funchal o maior beneficiário com 47% das 30 operações e 49% dos 5,2 M€ de despesa pública paga. O remanescente distribui-se pelos concelhos da Calheta (10% das operações e 19% da despesa pública), Santa Cruz (13% e 13%) e Ponta do Sol (7% e 9%) e, em menor escala, por todos os restantes concelhos com excepção de Câmara de Lobos e Porto Santo.

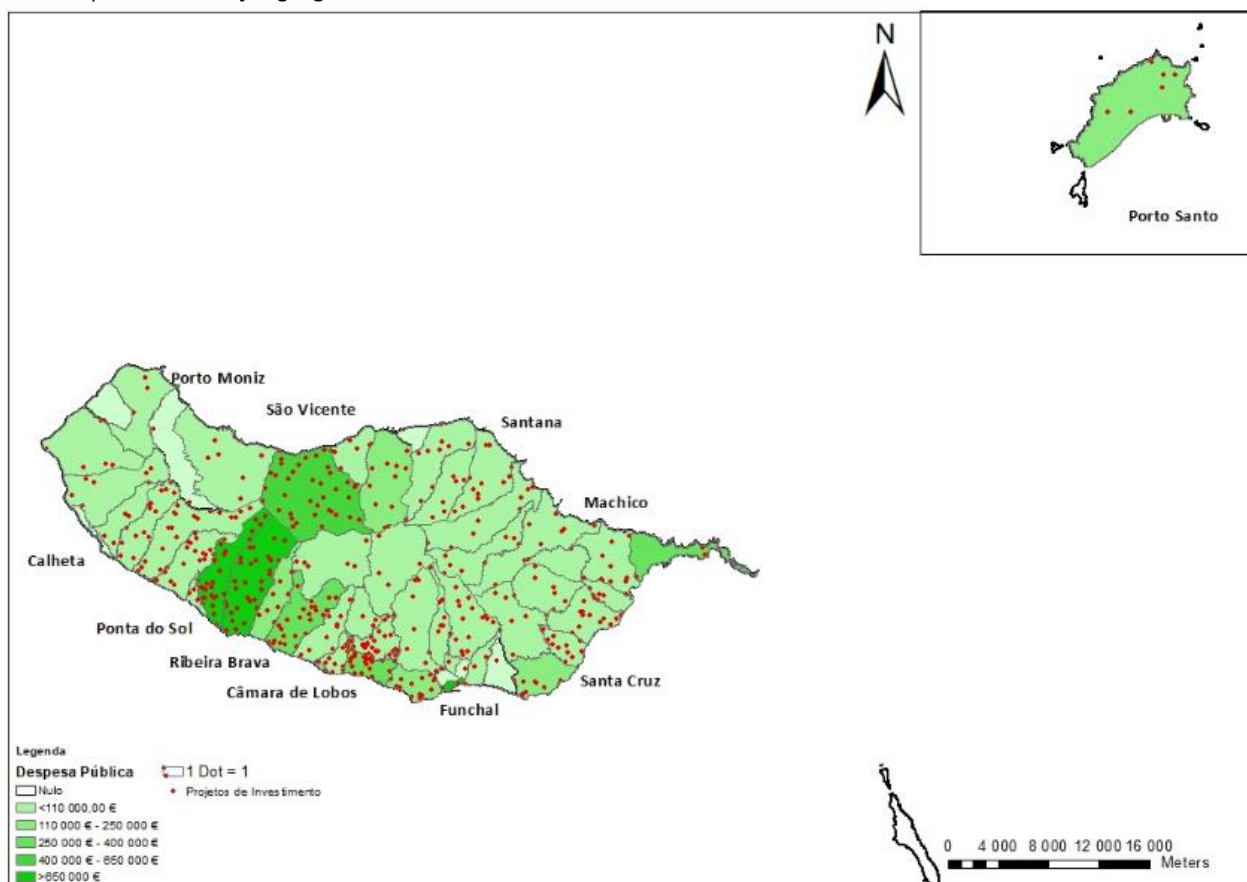
Mapa 4 – Distribuição geográfica da medida 8 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018



Fonte: Dados AG PRODERAM 2020.

As restantes medidas do Programa de apoio ao investimento (1.2, 3.1, 4.2, 4.4, 5.2, 6.1, 19 e 20) totalizam 171 operações e uma despesa pública paga de 8,6 M€. Em número de operações apoiadas existe um relativo equilíbrio territorial, com todos os concelhos a integrarem 9% a 15% destas operações, com excepção do Machico (5%), Porto Moniz (2%) e Porto Santo (2%). Contudo, a despesa pública está muito concentrada em dois concelhos – Funchal (33%) e Ponta do Sol (28%). No primeiro caso devido à localização da Autoridade de Gestão, beneficiária da medida 20, e no segundo devido essencialmente a uma grande operação da medida 4.2. A despesa pública remanescente reparte-se por todos os outros concelhos da Região, sempre com proporções entre 1% e 7%.

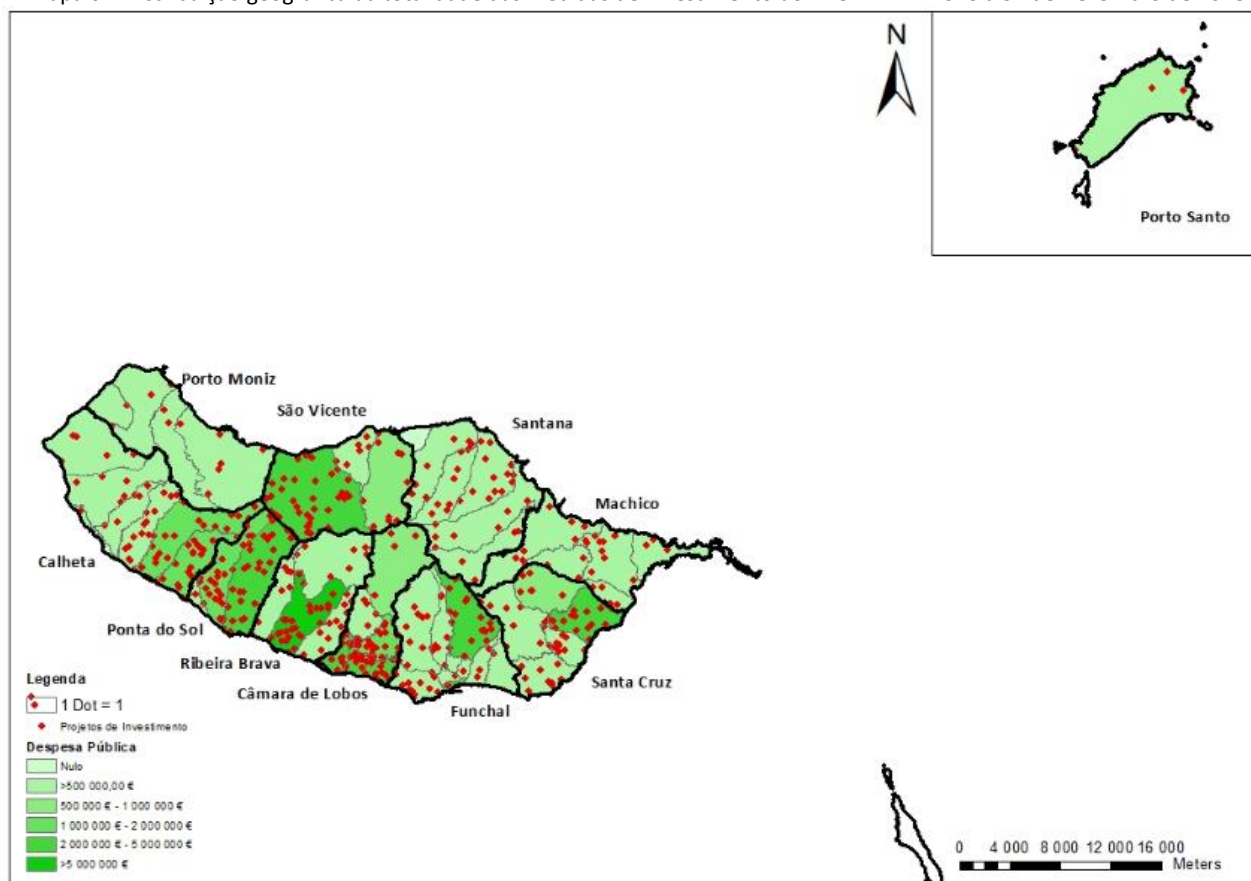
Mapa 5 – Distribuição geográfica das outras medidas de investimento do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018



Fonte: Dados AG PRODERAM 2020.

De forma agregada, o conjunto de medidas de apoio ao investimento do PRODERAM 2020 apoiou um total de 501 operações com uma despesa pública paga até final de 2018 de 40,4 M€. A distribuição geográfica do número de operações é relativamente uniforme, com excepção dos concelhos de Machico (6%) e principalmente Porto Moniz (2%) e Porto Santo (1% e apenas 6 operações). Os restantes tiveram entre 41 (Santana) e 70 (Calheta) operações apoiadas. Contudo, quanto à despesa pública paga verifica-se uma repartição menos uniforme, destacando-se os concelhos de Ribeira Brava (23%), Câmara de Lobos (18%), Funchal (15%), Santa Cruz (13%), Ponta do Sol (9%), Calheta (8%) e São Vicente (8%). Santana (3%), Machico (2%), Porto Moniz (1%) e Porto Santo (1%) tiveram muito pouca despesa pública, sempre abaixo de 1,2 M€, enquanto que os restantes estão todos acima de 3 M€. Conclui-se assim por uma grande concentração dos apoios na vertente sul da ilha da Madeira (compreendida entre Calheta e Santa Cruz), que abarcou 86% da despesa pública apesar de ter apenas 54% da SAU regional. No restante território apenas o concelho de São Vicente tem alguma expressão em termos de despesa pública nestas medidas, destacando-se em sentido contrário os concelhos de Porto Moniz (apenas 12 operações e 0,34 M€) e Porto Santo (6 operações e 0,22 M€).

Mapa 6 – Distribuição geográfica da totalidade das medidas de investimento do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018

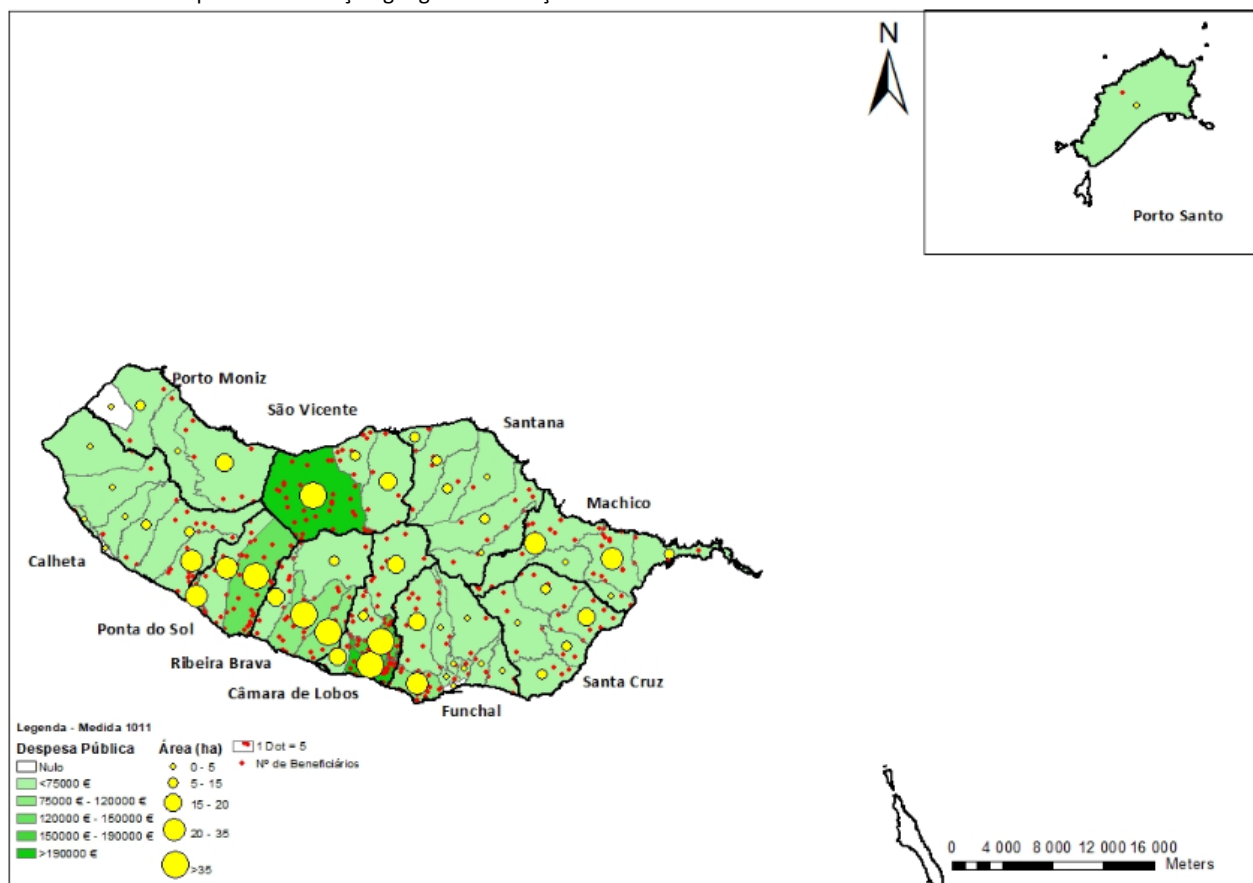


Fonte: Dados AG PRODERAM 2020.

No que diz respeito às medidas integrantes do PU, analisaremos a distribuição territorial da implementação de cada uma individualmente.

A acção 10.1.1, a mais relevante das medidas agro-ambientais do Programa, abrange 2.048 explorações e uma área beneficiada de 819 ha, com um montante de despesa pública de 2M€. A sua implementação predomina nos concelhos da zona central da ilha da Madeira, nomeadamente Câmara de Lobos (25% da área e despesa pública), São Vicente (15%), Ponta do Sol (13%) e Ribeira Brava (11%). A medida tem implementação em todos os concelhos da Região, sendo esta reduzida em Porto Moniz (3%) e muito reduzida em Porto Santo (0,1%, apenas 6 beneficiários e 2 ha).

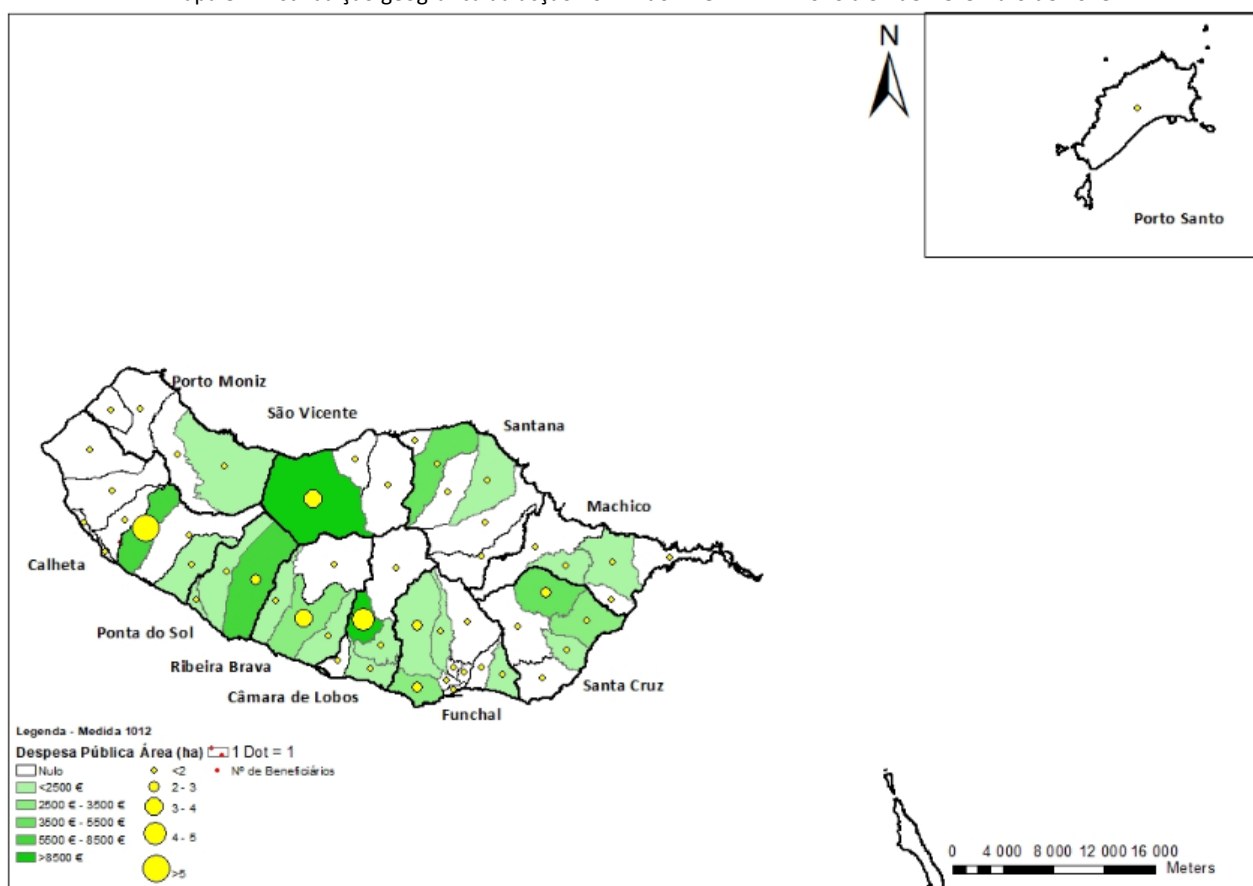
Mapa 7 – Distribuição geográfica da acção 10.1.1 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018



Fonte: Dados IFAP.

A acção 10.1.2 tem muito menor abrangência, com apenas 66 beneficiários e 42 ha apoiados, com um montante pago de 66 m€. Teve implementação em todos os concelhos da Região com excepção de Porto Santo, embora em Porto Moniz esta seja residual (0,2 ha e 150 €). Assim, a medida tem maior efeito em Câmara de Lobos (18% da área e 26% da despesa pública), Calheta (16% e 11%, respectivamente), Funchal (14% e 11%), Ponta do Sol (12% e 12%), São Vicente (9% e 13%) e Santa Cruz (10% e 12%).

Mapa 8 – Distribuição geográfica da acção 10.1.2 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018

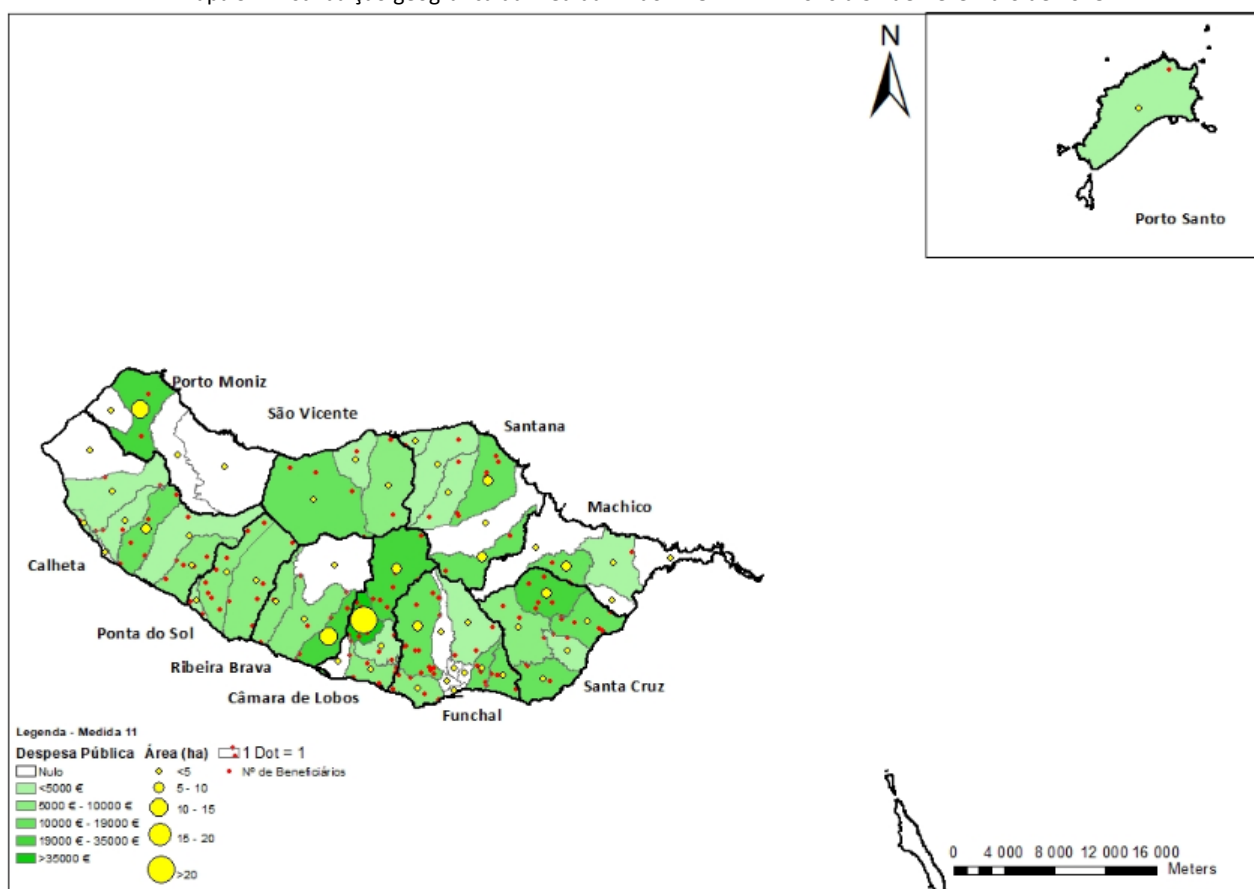


Fonte: Dados IFAP.



A medida 11 refere-se ao apoio ao modo de produção biológico e abrangeu 144 explorações, 165 ha e um apoio de 432 m€. Em termos de área e despesa pública o concelho de Câmara de Lobos foi o mais beneficiado (29%), seguido a alguma distância pelo Funchal (13%) e Santa Cruz (13%). O remanescente reparte-se por todos os restantes concelhos da Região, mais uma vez com implementação residual em Porto Santo (1 beneficiário, 1 ha e 1.260 €).

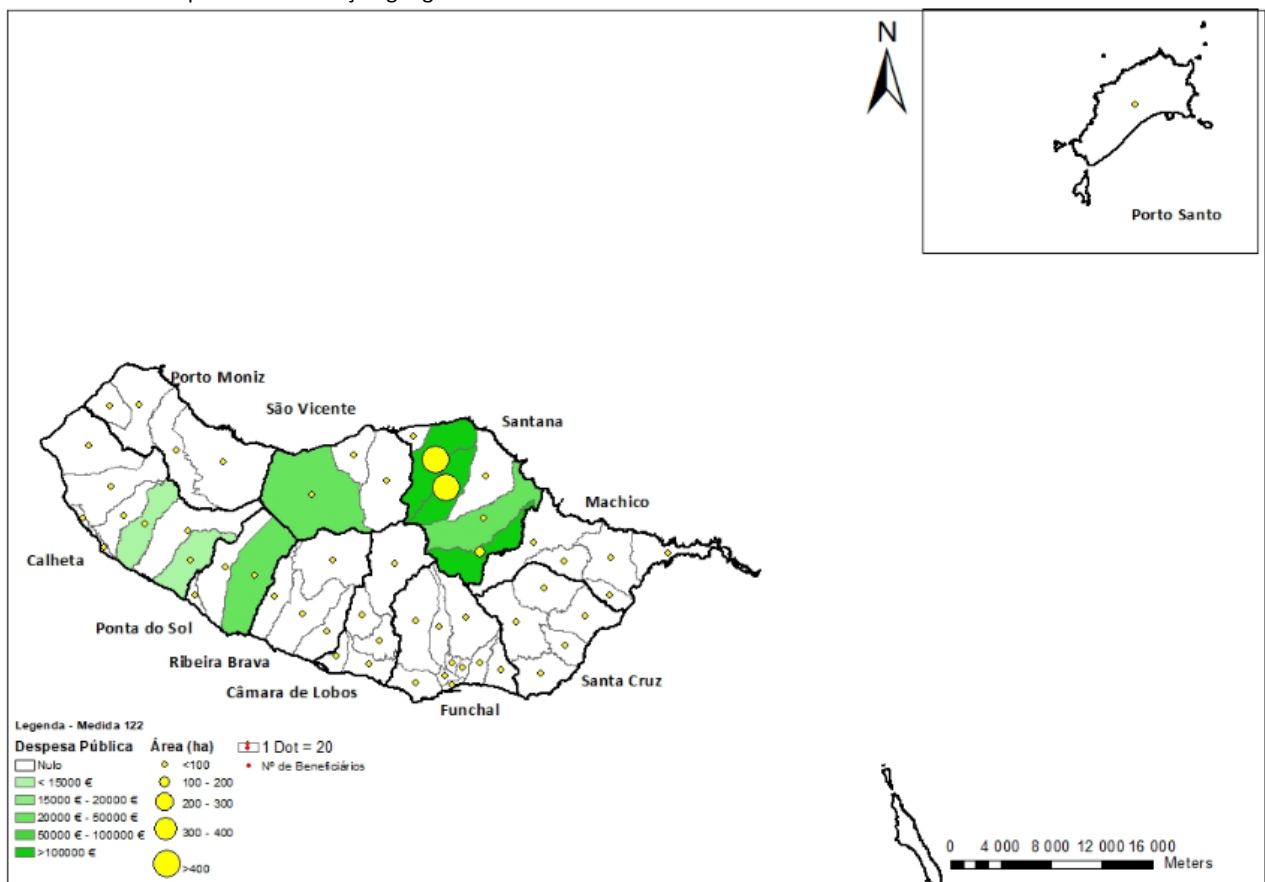
Mapa 9 – Distribuição geográfica da medida 11 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018



Fonte: Dados IFAP.

A execução da medida 12.2 abrangeu apenas em quatro concelhos da Região – Santana, Ponta do Sol, São Vicente e Calheta – com 17 beneficiários, 1.269 ha e uma despesa pública de 831m€. Contudo, a sua implementação concentrou-se quase integralmente em Santana, que totalizou 65% dos beneficiários, 91% da área apoiada e 92% dos apoios pagos, quase integralmente nas freguesias de São Jorge, Ilha e São Roque do Faial.

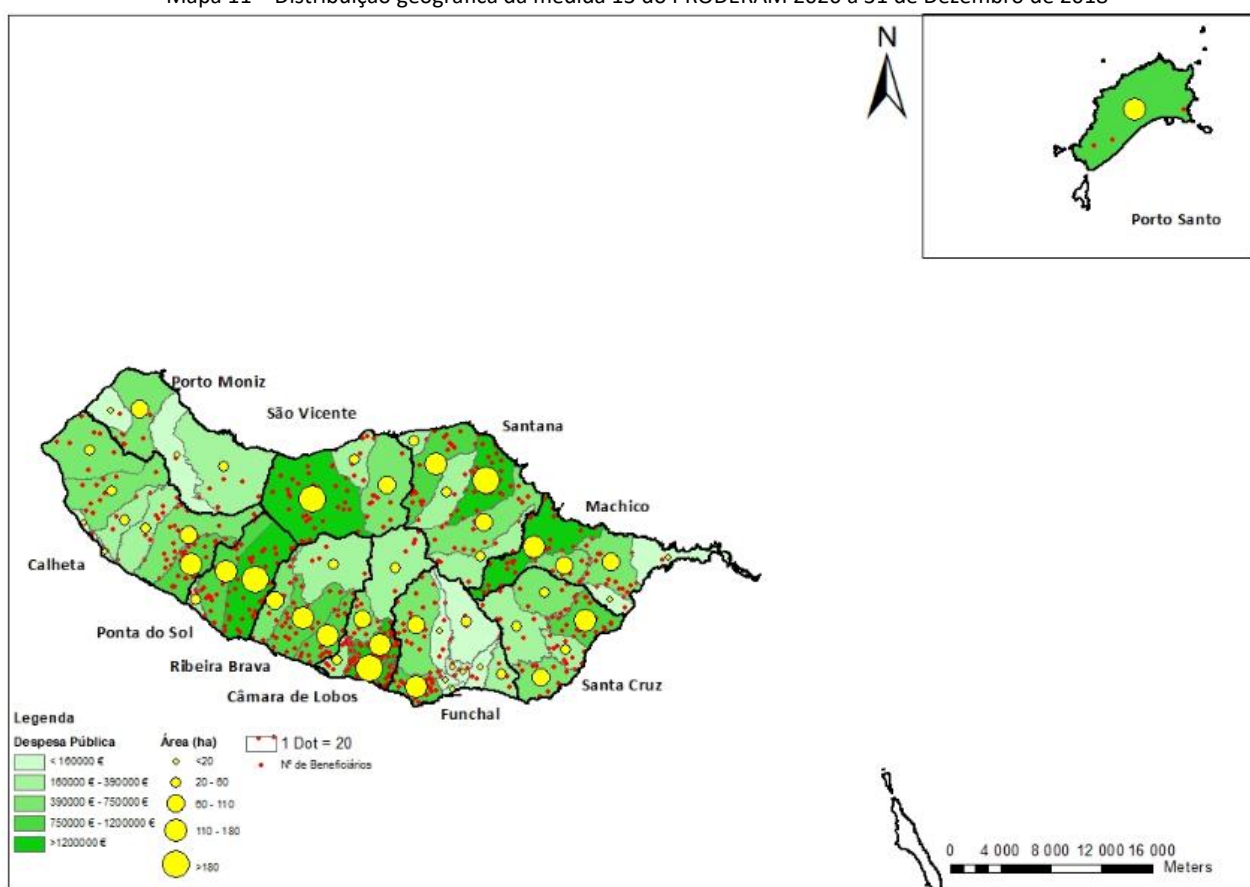
Mapa 10 – Distribuição geográfica da medida 12.2 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018



Fonte: Dados IFAP.

A medida 13 é uma das mais importantes do Programa, com uma despesa pública total já executada de 28,2 M€, e sem dúvida a mais abrangente – 13.330 beneficiários e 4.053 ha. É também aquela com uma distribuição territorial mais uniforme, estando presente em todos os concelhos da Região. Em termos de área e despesa pública paga, destacam-se os concelhos de Câmara de Lobos (15%) e Santana (14%). Em sentido oposto, Porto Moniz (3%) e Porto Santo (4%) são aqueles com menor implementação desta medida. Todos os restantes 7 concelhos representam 9% ou 10% cada um da despesa pública paga.

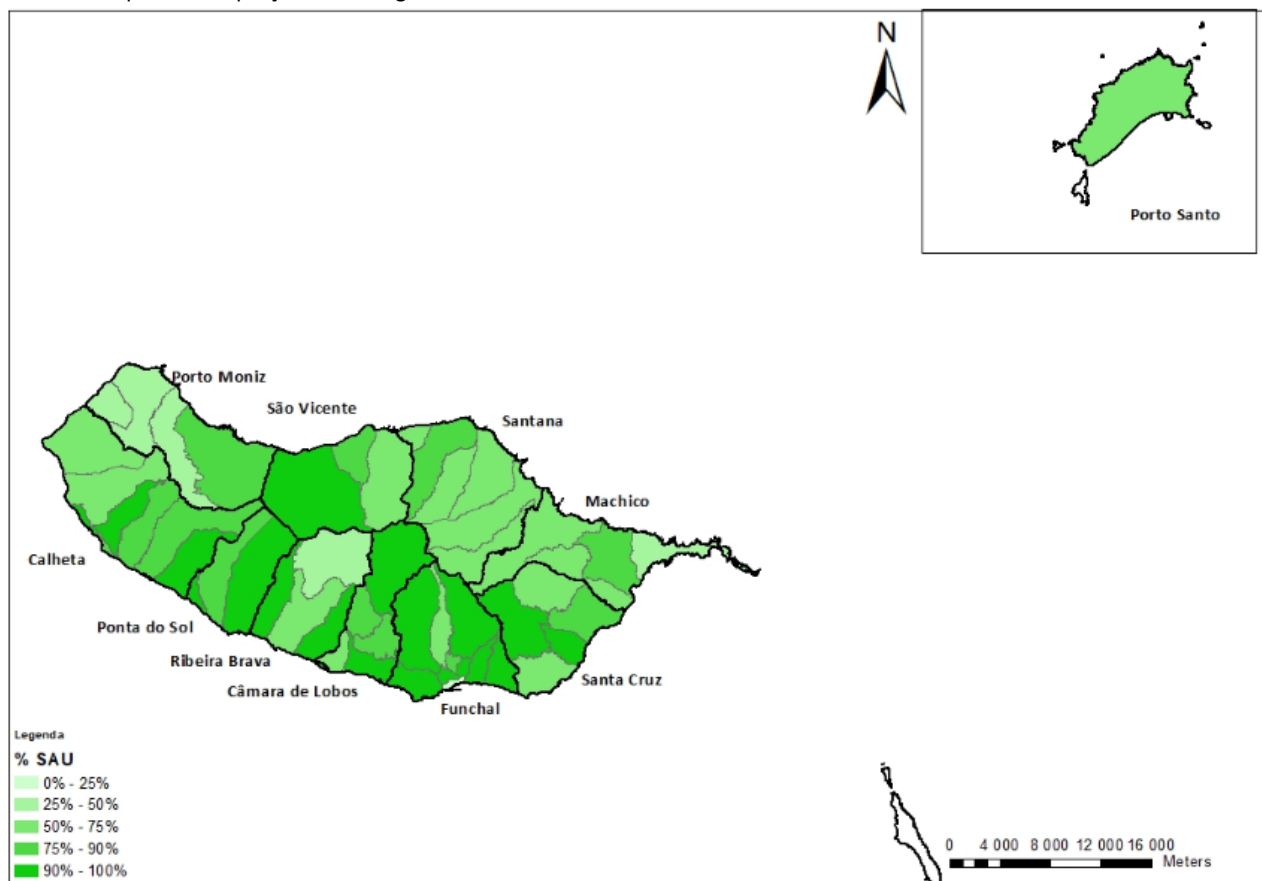
Mapa 11 – Distribuição geográfica da medida 13 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018



Fonte: Dados IFAP.

Ainda relativamente a esta medida, a sua abrangência pode também ser analisada com base na proporção de área apoiada em cada concelho/freguesia face à respectiva SAU total. Neste aspecto, destacam-se os concelhos do Funchal e Ponta do Sol com 97% e 95%, respectivamente. Também os concelhos de Câmara de Lobos (84%), Ribeira Brava (81%), São Vicente (81%) e Calheta (79%) apresentam proporções superiores à média regional de 75%. Abaixo desta média encontram-se os concelhos de Santa Cruz (74%), Santana (63%), Machico (62%), Porto Santo (54%) e Porto Moniz (52%).

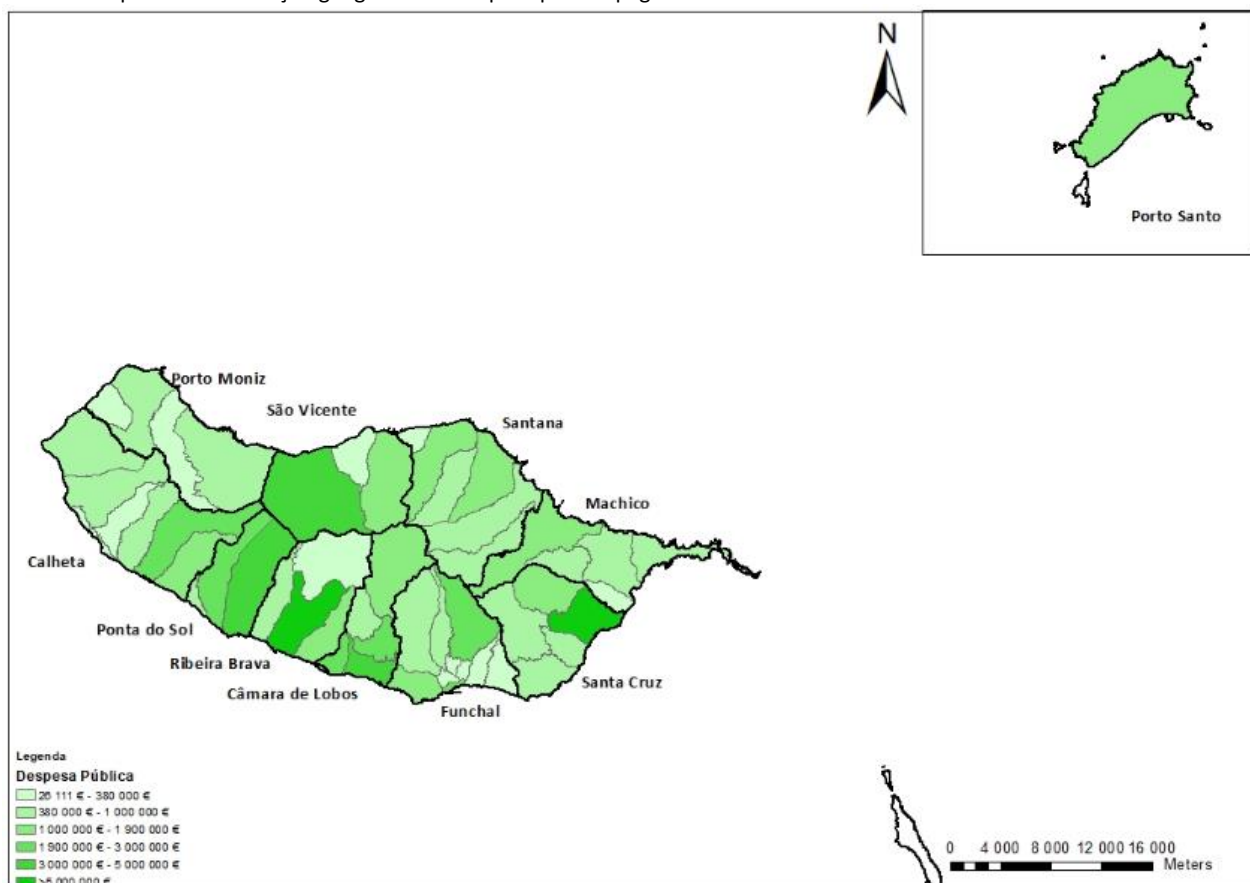
Mapa 12 – Proporção da abrangência da medida 13 do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018 face à SAU



Fonte: Dados IFAP, SREM.

Em resultado da implementação do conjunto de apoios do Programa até final de 2018, a despesa pública total paga aos beneficiários foi de 72,1 M€. Considerando as análises por medida acima apresentadas, com uma maior homogeneidade na distribuição das medidas do PU, particularmente a medida 13, e uma mais desigualdade nas medidas de apoio ao investimento, conclui-se que o Programa abrange todo o território em maior ou menor extensão. Contudo, os concelhos de Ribeira Brava e Câmara de Lobos (ambos com 17% da despesa pública total) foram os mais beneficiados, e os únicos com um montante superior a 10 M€. Por ordem de relevância, seguem-se os concelhos do Funchal (12%), Santa Cruz (11%), Ponta do Sol, Calheta e São Vicente (todos com 9%), Santana (8%), Machico (5%), Porto Moniz e Porto Santo (ambos com 2%). Refira-se que estes últimos aparecem sistematicamente, na grande maioria das medidas, como aqueles com menores níveis de adesão ao Programa.

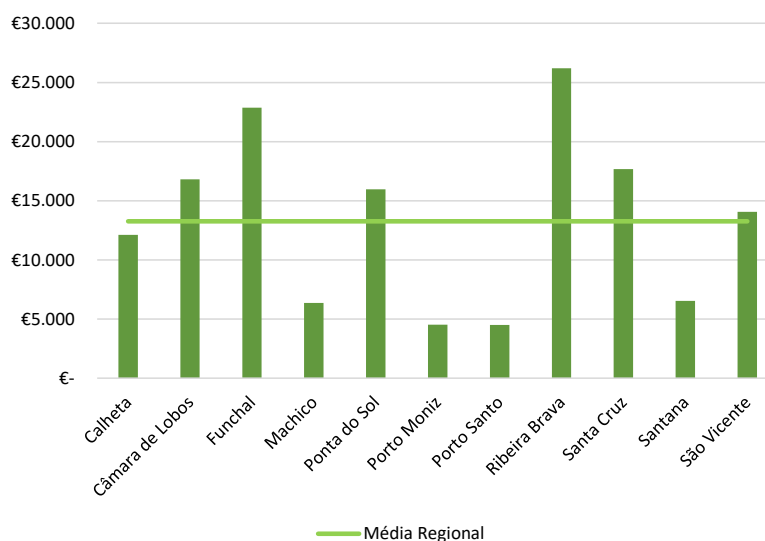
Mapa 13 – Distribuição geográfica da despesa pública paga total do PRODERAM 2020 a 31 de Dezembro de 2018



Fonte: Dados IFAP.

Por último, analisou-se a distribuição média dos apoios totais do Programa por hectare de SAU, cujo nível médio regional é, até final de 2018, de 13.274 €. Como se pode verificar, mais uma vez os concelhos da vertente sul da ilha da Madeira têm apoios médios bastante mais elevados, sendo que na vertente norte apenas o concelho de São Vicente está ligeiramente acima da média regional. Os concelhos de Santana, Machico, Porto Moniz e Porto Santo beneficiaram do Programa de forma muito inferior à média regional por hectare de SAU.

Gráfico 6 – Despesa pública total média por hectare de SAU por Concelho



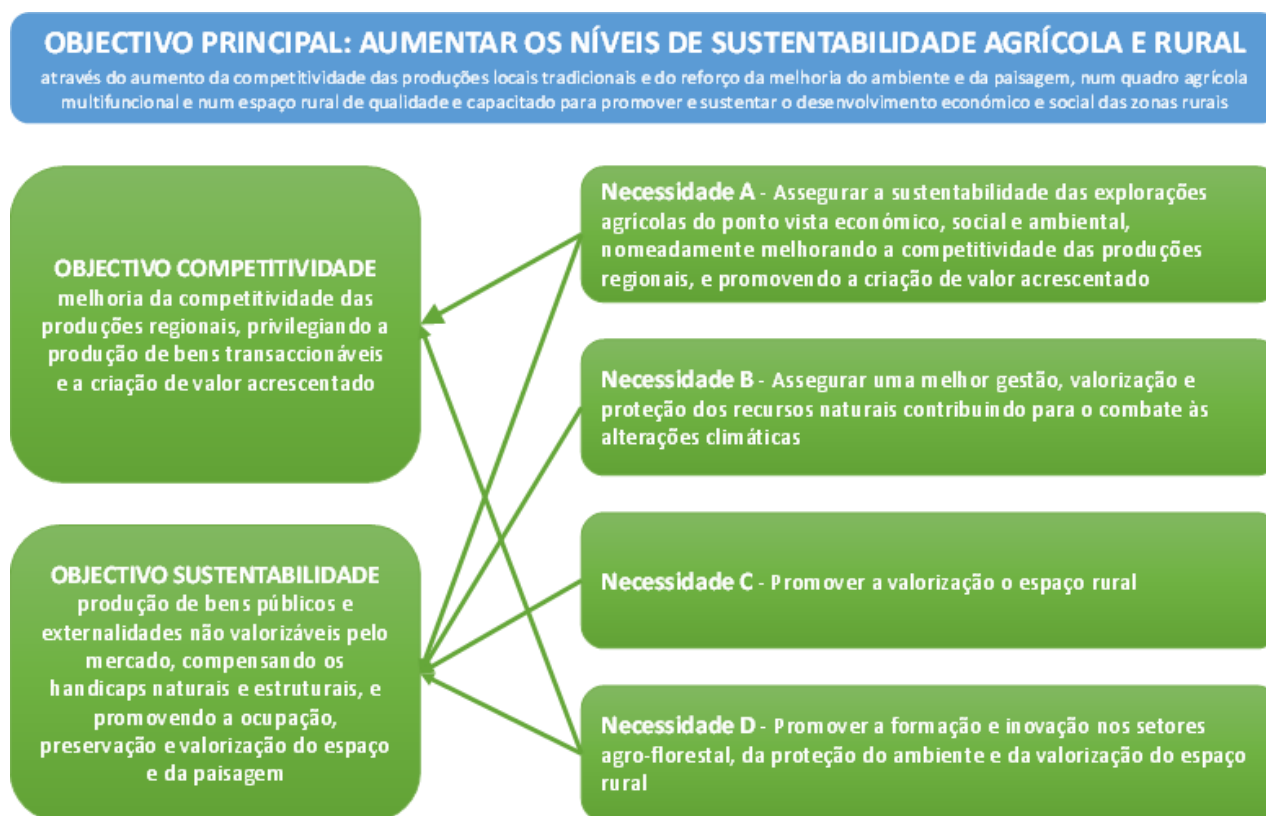
Fonte: Dados AG PRODERAM 2020, IFAP.

## Anexo III – Reanálise da Lógica de Intervenção do Programa

A lógica de intervenção do PRODERAM 2020 foi analisada pela equipa de avaliação da AGRO.GES no âmbito do trabalho de Avaliação *Ex-Ante* do Programa, exercício realizado em 2014, bem como aquando da elaboração do Relatório de Avaliação de 2017 do Programa. Em ambos os momentos, entendeu-se que o Programa estava concebido, quanto aos seus objectivos e medidas, de modo a poder vir a corresponder de forma adequada às Prioridades e Domínios de Incidência (Áreas Foco) do desenvolvimento rural e às principais necessidades identificadas na sua análise SWOT, decorrentes do contexto em que o exercício de programação foi conduzido.

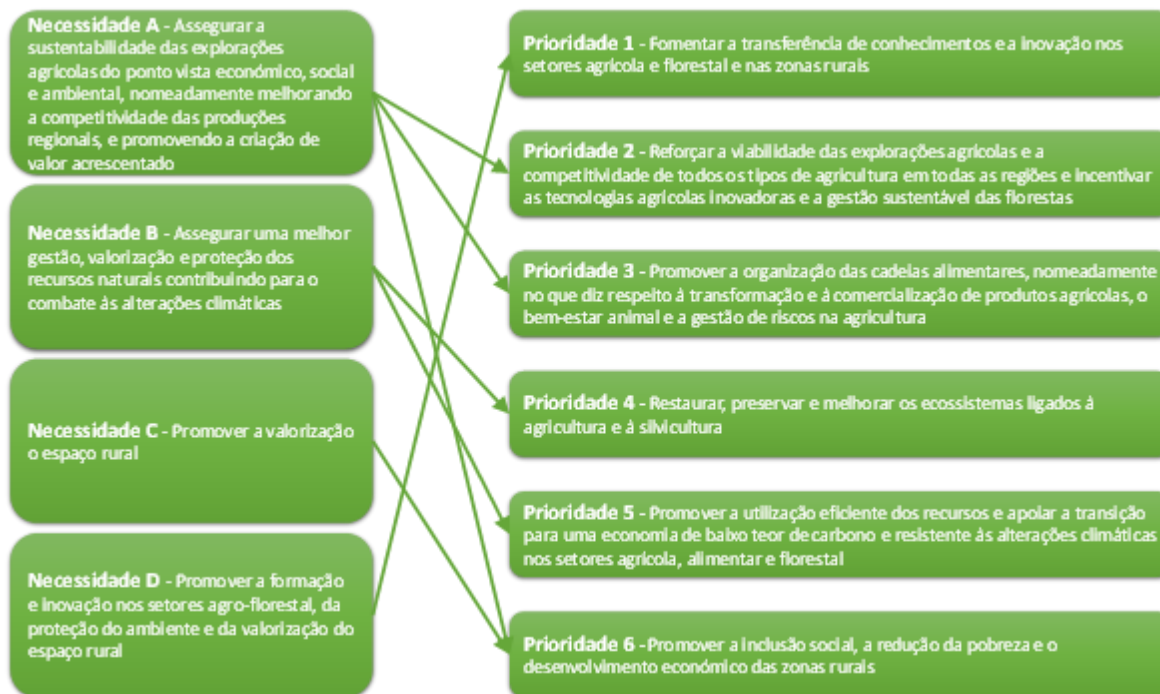
As figuras seguintes ilustram as relações estabelecidas na Avaliação *Ex-Ante* do Programa entre os seus objectivos, as necessidades identificadas na análise SWOT e as Prioridades do desenvolvimento rural:

Figura 1 – Relação entre os objectivos do PRODERAM 2020 e as necessidades identificadas



Fonte: Avaliação *Ex-Ante* do PRODERAM 2020, AGRO.GES, 2014

Figura 2 - Relação entre os objetivos do PRODERAM 2020 e as Prioridades do FEADER



Fonte: Avaliação Ex-Ante do PRODERAM 2020, AGRO.GES, 2014



Foi igualmente analisado o grau de contribuição potencial das medidas do Programa para a prossecução de cada um dos seus objectivos então definidos:

Tabela 1 - Contribuição das medidas/acções do PRODERAM 2020 para os seus objectivos

OBJECTIVOS/NECESSIDADES PDR-RAM 2014-2020	NECESSIDADE A	NECESSIDADE B	NECESSIDADE C	NECESSIDADE D	TOTAL
<b>ACÇÕES PDR 2014-2020</b>	Assegurar a sustentabilidade das explorações agrícolas do ponto vista económico, social e ambiental, nomeadamente melhorando a competitividade das produções regionais, e promovendo a criação de valor acrescentado	Assegurar uma melhor gestão, valorização e proteção dos recursos naturais contribuindo para o combate às alterações climáticas	Promover a valorização o espaço rural	Promover a formação e inovação nos setores agro-florestal, da proteção do ambiente e da valorização do espaço rural	
<b>A.1. Promoção da Competitividade das Empresas Agrícolas e Agroindustriais</b>					
A.1.1 Investimento das explorações agrícolas	3	1	1	1	6
A.1.2 Instalação de jovens agricultores	2	0	1	2	5
A.1.3 Investimentos na transformação e comercialização	3	0	1	1	5
A.1.4 Organização da produção	3	1	0	1	5
A.1.5 Sistemas de qualidade para produtos agrícolas e géneros alimentícios	2	0	1	0	3
A.1.6 Gestão de riscos e restabelecimento do potencial produtivo	2	0	0	0	2
<b>A.2. Formação, Inovação, divulgação</b>					
A.2.1 Informação e divulgação	1	1	1	3	6
A.2.2 Inovação e desenvolvimento	1	1	0	3	5
A.2.3 Criação e utilização de serviços de aconselhamento e gestão agrícola	1	1	0	1	3
<b>B.1. Desenvolvimento dos Espaços Florestais</b>					
B.1.1 Florestação	1	3	1	0	5
B.1.2 Estabelecimento de sistemas agroflorestais	2	2	1	0	5
B.1.3 Proteção e prevenção da floresta e restabelecimento do seu potencial produtivo	1	2	0	0	3
B.1.4 Investimentos não produtivos na floresta	0	1	1	0	2
B.1.5 Pagamentos ambientais na floresta	0	2	0	0	2
B.1.6 Pagamentos Natura 2000	1	3	1	0	5
B.1.7 Investimentos em tecnologias florestais e transf. e comerc. de produtos florestais	2	0	1	1	4
<b>B.2. Valorização do Espaço Rural</b>					
B.2.1 Apoio específico aos agricultores em regiões desfavorecidas	2	2	1	0	5
B.2.2 Medidas Agroambientais	1	3	0	0	4
B.2.3 Agricultura biológica	2	2	0	1	5
B.2.4 Investimentos não produtivos	0	2	1	0	3
B.2.5 Cooperação para o ambiente e biodiversidade	0	2	0	2	4
<b>B.3. Desenvolvimento Local – Medidas (LEADER)</b>					
B.3.1 Atividades não agrícolas em zonas rurais	0	0	3	1	4
B.3.2 Serviços básicos para população rural	0	0	3	1	4
B.3.3 Cooperação para o desenvolvimento local	0	0	2	1	3
B.3.4 Formação e informação de agentes de desenvolvimento local	0	0	2	3	5
B.3.5 Cooperação interterritorial e transnacional	0	0	1	2	3
B.3.6 Animação e funcionamento	0	0	1	2	3
<b>B.4. Infraestruturas</b>					
B.4.1 Desenvolvimento de infraestruturas	2	2	1	0	5
<b>Assistência Técnica (Incluindo Rede Rural)</b>	1	1	1	2	5
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>32</b>	<b>26</b>	<b>28</b>	<b>119</b>

Fonte: Avaliação *Ex-Ante* do PRODERAM 2020, AGRO.GES, 2014

De forma a proceder a uma reanálise desta lógica de intervenção, a equipa de avaliação procedeu, tal como em 2017, a uma tentativa de recálculo/estimativa dos indicadores de contexto, cuja evolução face à situação verificada em 2014 traduz as alterações no contexto de implementação do Programa. Em função das alterações de contexto identificadas poderá ser reavaliada a lógica de intervenção do Programa. Desta forma, as tabelas seguintes mostram, para cada indicador, o valor inicial (constante do documento de programação) e o valor mais recente calculado/estimado pela equipa de avaliação.

A análise dos indicadores de caracterização socio-económica mostra algumas alterações face à situação de base, destacando-se uma redução global da população e o acentuar do seu envelhecimento, uma melhoria da empregabilidade (aumento da taxa de emprego e ligeira redução da taxa de desemprego), apesar do ligeiro decréscimo do emprego rural, uma redução acentuada do PIB *per capita*, uma redução da produtividade do trabalho nos sectores primário e terciário e um ligeiro aumento do peso do sector primário na economia regional, quer em termos do VAB, quer quanto ao emprego.

Tabela 2 – Indicadores de Contexto - I Situação socioeconómica e rural

**INDICADORES COMUNS DE CONTEXTO**

**I Situação socioeconómica e rural**

<b>1 População</b>		<b>2014</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	Habitantes	266.540	2012 p	256.424	2015	254.368	2017
rural		20,7	2011	20,3	2015	20,2	2017
intermédia	% do total	37,5	2011	38,5	2015	38,7	2017
urbana		41,8	2012 p	41,2	2015	41,1	2017
<b>2 Estrutura etária</b>		<b>2014</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total < 15 anos		16,3	2012 p	14,8	2015	13,9	2017
total 15 - 64 anos		68,5	2012 p	69,7	2015	69,7	2017
total > 64 anos		15,3	2012 p	15,6	2015	16,4	2017
intermédio < 15 anos	% da população total	NA	2011	16,7	2015	15,6	2017
intermédio 15 - 64 anos		NA	2011	71,6	2015	71,9	2017
intermédio > 64 anos		NA	2011	11,7	2015	12,4	2017
rural < 15 anos		NA	2011	13,7	2015	12,8	2017
rural 15 - 64 anos		NA	2011	66,8	2015	67,3	2017
rural > 64 anos		NA	2011	19,5	2015	20,0	2017
<b>3 Território</b>		<b>2014</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	Km2	801	2012	802	2015	802	2017
rural		NA	2012	65,3	2015	65,3	2017
intermédia	% da área total	NA	2012	25,2	2015	25,2	2017
urbana		9,5	2012	9,5	2015	9,5	2017
<b>4 Densidade populacional</b>		<b>2014</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total		333,7	2011	319,9	2015	317,4	2017
urbano	Hab/ km2	NA	2012	1.386,1	2015	1.371,3	2017
intermédio		NA	2012	489,4	2015	488,0	2017
rural		NA	2012	99,4	2015	98,2	2017
<b>5 Taxa de emprego</b>		<b>2014</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total (15-64 anos)		58,6	2012	59,1	2015	63,3	2017
homens (15-64 anos)		59,7	2012	60,3	2015	66,1	2017
mulheres (15-64 anos)		57,5	2012	57,9	2015	60,7	2017
* rural (escassamente povoada) (15-64 anos)	%	NA	2011	54,8	2015	53,1	2017
total (20-64 anos)		63,7	2012	64,6	2015	69,0	2017
homens (20-64 anos)		65,2	2012	NA	NA	72,3	NA
mulheres (20-64 anos)		62,2	2012	NA	NA	66,0	NA
<b>6 Taxa de emprego por conta própria</b>		<b>2014</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total (15-64 anos)	%	17,2	2012	16,1	2015	12,3	2017
<b>7 Taxa de desemprego</b>		<b>2014</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total (15-74 anos)		17,5	2012	14,7	2015	10,4	2017
jovens (15-24 anos)	%	48,6	2012	42,8	2015	27,4	2017
*rural (escassamente povoada) (15-74 anos)		NA	2011	NA	NA	NA	NA
jovens (15-24 anos)		NA	2011	NA	NA	NA	NA
<b>8 PIB per capita</b>		<b>2014</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	Índice PPC (UE-27 = 100)	104	2010	73	2014	73	2016
* rural	Índice PPC (UE-27 = 100)	NA	2012	NA	NA	NA	NA
<b>9 Taxa de pobreza</b>		<b>2014</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	% da população total	24,4	2011	NA	2014	NA	2014
* rural (escassamente povoada)	% da população total	27,4	2011	NA	NA	NA	NA
<b>10 Estrutura da economia (VAB)</b>		<b>2014</b>		<b>2017</b>		<b>2018</b>	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
primário	% do total	1,7	2010	2,3	2015	2,3	2016
secundário		13,9	2010	13,3	2015	12,5	2016
terciário		84,4	2010	84,5	2015	85,2	2016
rural		NA	2012	NA	NA	NA	NA
intermédia		NA	2012	NA	NA	NA	NA
urbana		70,8	2012	NA	NA	NA	NA

11 Estrutura do emprego		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	1000 pessoas	115,3	2010	112,4	2015	118,8	2017
primário		7,5	2010	11,6	2015	10,9	2017
secundário		20,6	2010	10,7	2015	12,5	2017
terciário		71,8	2010	77,8	2015	76,5	2017
rural	% do total	NA	2011	9,4	2015	8,3	2017
intermédia		NA	2011	10,7	2015	10,2	2017
urbana		43,4	2011	79,9	2015	81,5	2017
12 Produtividade do trabalho por setor económico		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total		39.567,20	2010	32.453,47	2015	32.020,72	2016
primário		9.034,50	2010	6.340,62	2015	6.621,31	2016
secundário		26.554,60	2010	37.495,75	2015	31.896,44	2016
terciário	EUR/pessoa	46.515,70	2010	35.645,23	2015	35.673,56	2016
rural		NA	2012	NA		NA	
intermédia		NA	2012	NA		NA	
urbana		39.567,20	2010	NA		NA	

O conjunto de indicadores de contexto específicos de sector agrícola mostra a manutenção da evolução negativa em termos de número de explorações e SAU. Contudo, esta redução ocorreu nas explorações de menor dimensão económica (<8.000 € PP), tendo o número das de maior dimensão económica aumentado, resultando num aumento de 23% da dimensão económica média das explorações.

Apesar da redução global de SAU, aumentou a área em agricultura biológica. Pelo contrário, continuou a redução do efectivo pecuário regional (-34% de CN entre 2009 e 2016).

Em termos de emprego, verificou-se um aumento absoluto do emprego na agricultura, embora com redução do seu peso no emprego total. A proporção de jovens agricultores gestores de explorações continuou a diminuir, mantendo-se uma evolução muito positiva no que diz respeito ao seu nível de formação.

Em termos económicos, verificou-se um aumento importante do rendimento, da produtividade do trabalho na agricultura e da produtividade dos factores, embora se continue a reduzir a formação bruta de capital fixo.

No que se refere ao turismo, ocorreu um aumento da capacidade total de alojamento, tendo diminuído o peso do alojamento em meio urbano, o que traduz um aumento da importância relativa do turismo em meio rural/intermédio.

Tabela 3 -- Indicadores de Contexto - II Agricultura/Análise sectorial

13 Emprego por atividade económica		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	1000 pessoas	106,5	2012	112,4	2015	118,8	2017
agricultura	1000 pessoas	11,5	2012	11,8	2015	11,6	2017
agricultura	% do total	10,8	2012	10,5	2015	9,8	2017
silvicultura	1000 pessoas	0	2012	0,0	2015	0,2	2017
silvicultura	% do total	0	2012	0,0	2015	0,2	2017
indústria alimentar	1000 pessoas	1,2	2012	1,7	2015	1,3	2017
indústria alimentar	% do total	1,1	2012	1,5	2015	1,1	2017
turismo	1000 pessoas	12,8	2012	13,4	2015	12,5	2017
turismo	% do total	12,1	2012	12,0	2015	10,5	2017
14 Produtividade do trabalho na agricultura		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	EUR/UTA	3.064,60	2009 -2011	4.677,89	2015	7.871,42	2016
15 Produtividade do trabalho na silvicultura		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	EUR/UTA	NA				NA	
16 Produtividade do trabalho na indústria alimentar		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	EUR/pessoa	NA	2011	21.462,44	2013	27.152,11	2013
17 Explorações agrícolas		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	N.º	13.610	2009	12.068	2015	11.617	2016
dimensão da exploração <2 Ha	N.º	13.420	2009	11.910	2015	10.889	2016
dimensão da exploração 2-4,9 Ha	N.º	150	2009	120	2015	694	2016
dimensão da exploração 5-9,9 Ha	N.º	20	2009	30	2015	32	2016
dimensão da exploração 10-19,9 Ha	N.º	10	2009	0	2015	1	2016
dimensão da exploração 20-29,9 Ha	N.º	0	2009	0	2015	1	2016
dimensão da exploração 30-49,9 Ha	N.º	0	2009	0	2015	0	2015
dimensão da exploração 50-99,9 Ha	N.º	0	2009	0	2015	0	2015
dimensão da exploração >100 Ha	N.º	0	2009	0	2015	0	2015
dimensão económica da exploração <2000 Produção	N.º	4.780	2009	4.060	2015	2.860	2016
dimensão económica da exploração 2 000 - 3 999 PP	N.º	3.720	2009	2.800	2015	2.660	2016
dimensão económica da exploração 4 000 - 7 999 PP	N.º	3.100	2009	2.860	2015	3.230	2016
dimensão económica da exploração 8 000 - 14 999 PP	N.º	1.380	2009	1.390	2015	1.980	2016
dimensão económica da exploração 15 000 - 24 999 PP	N.º	380	2009	490	2015	580	2016
dimensão económica da exploração 25 000 - 49 999 PP	N.º	150	2009	270	2015	190	2016
dimensão económica da exploração 50 000 - 99 999 PP	N.º	60	2009	160	2015	90	2016
dimensão económica da exploração 100 000 - 249 999 PP	N.º	40	2009	40	2015	30	2016
dimensão económica da exploração 250 000 - 499 999 PP	N.º	10	2009	10	2015	10	2016
dimensão económica da exploração > 500 000 PP	N.º	0	2009	0	2015	10	2016
dimensão física média	ha SAU/exploração	0,4	2009	0,4	2013	0,4	2016
dimensão económica média	EUR de PP/exploração	5.914,43	2009	7.105,49	2013	7.330,13	2016
dimensão média em unidades de trabalho (pessoas)	Pessoas/exploração	2,3	2009	0,0	2013	1,1	2016
dimensão média em unidades de trabalho-ano (UTA)	UTA/exploração	1	2009	1	2013	0,9	2016
18 Superfície agrícola		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total SAU	ha	5.430	2009	5.262	2013	4.893	2016
terras aráveis	% da SAU total	41,3	2009	41,9	2013	38,6	2016
prados e pastagens permanentes	% da SAU total	9,6	2009	9,9	2013	10,7	2016
culturas permanentes	% da SAU total	45,7	2009	45,9	2013	48,4	2016
19 Superfície agrícola com agricultura biológica		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
certificada	ha SAU	90	2009	113	2015	120	2017
em conversão	ha SAU	0	2009	34	2015	49	2017
percentagem da SAU (certificada e em conversão)	% da SAU total	1,7	2009	2,8	2015	3,4	2017/2016
20 Regadio		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	ha	4.090	2009	4.308	2013	4.092	2016
percentagem da SAU	% da SAU total	75,3	2009	81,9	2013	83,6	2016
21 Cabeças normais		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	CN	13.270	2009	9.368	2013	8.714	2016
22 Mão de obra agrícola		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total da mão de obra regular da exploração	Pessoas	30.770	2009	0	2013	31.016	2016
total da mão de obra regular da exploração	UTA	13.220	2009	12.775	2013	10.793	2016

23 Estrutura etária dos gestores agrícolas		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total de gestores agrícolas	N.º	13.620	2009	12.070	2013	11.538	2016
percentagem de < 35 anos	% do total de gestores	3,4	2009	2,40	2013	1,24	2016
rácio de <35 / >= 55 anos	N.º de jovens gestores por 100 gestores mais velhos	5,3	2009	3,70	2013	1,63	2016
24 Formação agrícola dos gestores agrícolas		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
percentagem de gestores com formação agrícola elementar e completa	% do total	3,7	2009	15,3	2013	37,3	2016
percentagem de gestores < 35 anos com formação agrícola elementar e completa	% do total	8,9	2009	17,2	2013	42,1	2016
25 Rendimento agrícola		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total EUR/UTA	EUR/UTA	3.064,70	2011	5.050,49	2015	7.871,42	2016
total (índice) Índice 2005 = 100	Índice 2005 = 100	65,7	2011	91,6	2015	147,1	2016
26 Rendimento empresarial agrícola		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Nível de vida dos agricultores	EUR/UTA	3.823,10	2011	4.634,69	2014	5.503,02	2015
Nível de vida dos agricultores em proporção do nível de vida das pessoas empregadas noutros setores	%	NA	2011	NA		NA	
27 Produtividade total dos fatores na agricultura		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total (índice)	Índice 2005 = 100	107,6	2009 -	117,51	2015	146,66	2016
28 Formação bruta de capital fixo na agricultura		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
FBCF	milhões de EUR	8,42	2011	5,14	2015	4,0	2016
percentagem de VAB na agricultura	% de VAB na agricultura	10,1	2010	12,55	2015	1,81	2016
29 Floresta e outras zonas arborizadas (FOWL) (000)		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	1000 ha	NA	2010	34,406	2015	34,406	2015
percentagem do total da superfície das terras	% do total da superfície das terras	NA	2010	43	2015	43	2015
30 Infra estruturas de turismo		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
capacidade de alojamento em estabelecimentos coletivos	N.º de camas	29.841	2011	34.521	2015	34.292	2018
rural	% do total	NA	2012	27	2015	18,7	2017
intermédia	% do total	NA	2012	18	2015	19,1	2017
urbana	% do total	65,3	2012	55	2015	62,3	2017

Tendo em conta a grande dificuldade no cálculo dos indicadores de carácter ambiental, tanto na situação de base como no presente exercício, estes não permitem uma análise comparativa da evolução da situação de contexto quanto a este domínio.

Contudo, de entre os indicadores calculados, destaca-se a redução da proporção de terras agrícolas, florestais e arbustivas, tendo aumentado a proporção de prados naturais e terras naturais. Destaca-se ainda alguma intensificação da produção agrícola, com a redução da proporção a SAU em agricultura de baixa intensidade e daquela em média e alta intensidade.

Tabela 4 - Indicadores de Contexto - III Ambiente/clima

31 Ocupação do solo		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
percentagem de terras agrícolas		15,2	2006	na	na	14,2	2012
percentagem de prados naturais		8,8	2006	na	na	9,4	2012
percentagem de terras florestais		38,9	2006	na	na	35,3	2012
percentagem de áreas de arbustos	% da área total	6,2	2006	na	na	5,6	2012
percentagem de terras naturais		13,4	2006	na	na	19,7	2012
percentagem de terras artificiais		15,3	2006	na	na	15,0	2012
percentagem de outras superfícies		2,2	2006	na	na	0,8	2012
32 Zonas com condicionantes naturais		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total		NA		100,0%	2009	100,0%	2009
montanha	% da SAU total	NA		94,3%	2009	94,3%	2009
outras		NA			2009		2009
específicas		NA		5,7%	2009	5,7%	2009
33 Intensidade agrícola		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
baixa intensidade	% da SAU total	31,3	2007	NA		12,9	2016
intensidade média	% da SAU total	26,9	2007	NA		37,4	2016
alta intensidade	% da SAU total	41,8	2007	NA		49,7	2016
pastagens	% da SAU total	0	2010	NA		NA	
34 Zonas Natura 2000		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
percentagem do território	% do território	32,2	2011	34,0%	2017	34,0%	2017
percentagem da SAU (incl. prados naturais)	% da SAU	22	2011	na		20,8%	2016
percentagem do total da área florestal	% de terras florestais	38,9	2011	44,9%	2017	41,0%	2016
35 Índice de aves das terras agrícolas		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total (índice)	Índice 2000 = 100	NA	2014	Pombo-trocaz 11.000	2014	Pombo-trocaz 11.000	2014
36 Estado de conservação de habitats agrícolas (prados)		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
favorável		NA		NA		0	
desfavorável - inadequado	% de avaliações de habitats	NA		NA		100%	2007-2012
desfavorável - mau		NA		NA		0	
desconhecido		NA		NA		0	
37 Agricultura de EVN		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	% da SAU total	NA		NA		NA	
38 Florestas protegidas		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
classe 1.1		NA		NA		NA	
classe 1.2	% de florestas e outras áreas arborizadas	NA		NA		NA	
classe 1.3		NA		NA		NA	
classe 2		NA		NA		NA	
39 Captação de água na agricultura		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total	1000 m3	23.326,30	2009	na		23.326,27	2010
40 Qualidade da água		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Potencial excesso de azoto em terras	kg N/ha/ano	NA		35	2016	35	2016
Potencial excesso de fósforo em terras	kg P/ha/ano	NA		9	2016	9	2016
Nitratos em água doce - águas superficiais: Qualidade elevada		NA	2008	89	2005-2008	89	2005-2008
Nitratos em água doce - águas superficiais: Qualidade moderada		NA	2008	11	2005-2008	11	2005-2008
Nitratos em água doce - águas superficiais: Qualidade medíocre	% sítios de monitorização	NA	2008	0	2005-2008	0	2005-2008
Nitratos em água doce - águas subterrâneas: Qualidade elevada		NA	2008	88	2005-2008	88	2005-2008
Nitratos em água doce - águas subterrâneas: Qualidade moderada		NA	2008	12	2005-2008	12	2005-2008
Nitratos em água doce - águas subterrâneas: Qualidade medíocre		NA	2008	0	2005-2008	0	2005-2008

41 Matéria orgânica do solo em terras aráveis		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Total estimado de teor de carbono orgânico	mega toneladas	NA		NA		0,204	2012
Teor médio de carbono orgânico	g kg	NA		NA		17,77	2012
42 Erosão dos solos pela água		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
taxa de perda de solos pela erosão	Toneladas/ha/ano	NA		NA		NA	
superfície agrícola afetada	1000 ha	NA		NA		NA	
superfície agrícola afetada	% de terras agrícolas	NA		NA		NA	
43 Produção de energia renovável a partir de atividades agrícolas e silvício		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
da agricultura	ktep	NA		2,77	2014	2,77	2014
da silvicultura	ktep	NA					
44 Utilização de energia na agricultura, na silvicultura e na indústria alime		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
agricultura e silvicultura	ktep	NA		1,543	2014	1,54	2014
uso por ha (agricultura e silvicultura)	kg de equivalente de petróleo por ha de SAU	NA		315,34	2014	315,34	2014
indústria alimentar	ktep	NA		3,111	2014	3,11	2014
45 Emissões de gases com efeito de estufa gerados pela agricultura		2014		2017		2018	
Indicador	Unidade	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
total da agricultura (CH4 e N2O emissões/remoções dos solos)	1000 t de equivalente de CO2	NA		11,90	2009	11,90	2009
percentagem de emissões totais de GEE	% emissões totais líquidas	NA		1,2	2009	1,2	2009

Em resumo, apesar de algumas alterações na situação de contexto, das quais se destaca uma evolução do sector agrícola positiva em termos económicos, na agricultura biológica e quanto à formação dos agentes do sector, mas negativa em termos estruturais e quanto ao envelhecimento, não ocorreram nos últimos anos alterações fundamentais no contexto no qual o PRODERAM 2020 é implementado.

Desta forma, considera-se que o conjunto de apreciações efectuadas no âmbito da Avaliação *Ex-Ante* e da Avaliação de 2017 se mantém válido, pelo que a lógica de intervenção do Programa se mantém ajustada ao contexto socio-económico da Região e do sector agrícola, florestal, agro-industrial e rural da Região.

## Anexo IV – Análise do Quadro de Desempenho

No âmbito do presente exercício de avaliação, a equipa de avaliação entendeu ser pertinente avaliar em que medida a implementação do Programa está a decorrer de forma a que seja possível atingir os objectivos definidos no respectivo Quadro de Desempenho. Este define metas quantificadas que o Programa deverá alcançar no final do período de programação (2023) e objectivos intermédios para 2018.

A avaliação do desempenho do Programa até final de 2018 com base nestas metas foi feita considerando os dados de execução, ou seja dados de pagamento, e as operações com execução até final de 2018, considerando nesta análise, ao contrário do que foi feito nas restantes análises apresentadas no âmbito da presente avaliação, os pedidos de pagamento apresentados até final de 2018 e pagos até 31 de Maio de 2019.

O quadro seguinte apresenta os valores alcançados até ao momento:

Tabela 5 – Grau de cumprimento do Quadro de Desempenho do PRODERAM 2020 até final de 2018 (pagamentos a 31.05.2019)

Prioridade	Indicador	Obectivo Intermédio 2018	Meta Final 2023	Execução Maio 2019		
				Valores Pagos Maio 2019	% Objectivo Intermédio	% Meta Final
P2	Despesa pública total P2 (€)	10.703.736	53.518.678	13.357.940	124,8%	25,0%
	Número de explorações agrícolas com apoio PDR ao investimento em reestruturação ou modernização (2A) + Número de explorações agrícolas com apoio PDR ao plano de desenvolvimento empresarial / ao investimento para jovens agricultores (2B)	112	560	354	316,1%	63,2%
P3	Despesa pública total P3 (€)	337.969	3.379.692	177.774	52,6%	5,3%
	Número de explorações agrícolas com apoio PDR em regimes de qualidade, mercados locais e cadeias curtas, e agrupamentos/organizações de produtores (3A)	16	80	24	150,0%	30,0%
	Número de explorações agrícolas a participar em esquemas de gestão do risco (3B)	70	350	0	0,0%	0,0%
P4	Despesa pública total P4 (€)	22.852.764	91.411.058	40.829.352	178,7%	44,7%
	Superfície agrícola em contratos de gestão de apoio à biodiversidade (ha) (4A) + superfície agrícola em contratos de gestão para melhoria da gestão da água (ha) (4B) + superfície agrícola em contratos de gestão para melhoria da gestão do solo e/ou prevenção da erosão do solo (ha) (4C)	560	1.120	827,1	147,7%	73,8%
P5	Despesa pública total P5 (€)	3.809.485	38.094.851	5.077.933	133,3%	13,3%
	Número de operações de investimento em poupança e eficiência energética (5B) + Número de operações de investimento em produção de energia renovável (5C)	2,40	12	4	166,7%	33,3%
	Superfície agrícola e florestal em contratos de gestão com contribuição para o sequestro/conservação de carbono (ha) (5E) + superfície agrícola em contratos de gestão com vista à redução de emissões de GEE e/ou emissões de amoníaco (ha) (5D) + superfície regada convertida para sistemas de irrigação mais eficientes (ha) (5A)	426	2.130	4.665,0	1095,1%	219,0%
P6	Despesa pública total P6 (€)	1.905.450	12.703.000	2.012.205	105,6%	15,8%
	População rural coberta por GAL's	139.500	155.000	154.892	111,0%	99,9%

Fonte: Documento de Programação do PRODERAM 2020, versão 3.2; dados de execução – AG PRODERAM 2020, IFAP.



Desta análise, retira-se as seguintes principais conclusões para cada uma das Prioridades do desenvolvimento rural:

- A execução do Programa superou já as médias intermédias relativas à Prioridade 2, quer em termos financeiros, quer em termo físicos (neste caso, por larga margem). Contudo, os dados, particularmente em termos financeiros, estão ainda bastante aquém das metas finais, pelo que é necessário que a execução recupere rapidamente;
- As medidas que contribuem para a Prioridade 3 tiveram muito reduzida execução até final de 2018, pelo que a maioria dos indicadores estão ainda muito abaixo das metas intercalares (com excepção para o número de beneficiários dos regimes de qualidade) e, conseqüentemente, muitíssimo longe dos objectivos finais. É assim urgente recuperar o atraso verificado nesta Prioridade, sob pena de não atingir as metas definidas;
- A Prioridade 4 apresenta níveis de execução consideráveis, essencialmente devido ao contributo das medidas do PU, pelo que os indicadores superaram confortavelmente as metas para 2018. Quanto às metas finais, o indicador de execução física aproxima-se já deste objectivo, estando todavia o indicador de despesa pública a menos de 50% do objectivo para 2023;
- No que se refere à Prioridade 5, o seu indicador de despesa pública superou a meta para 2018, mas está muito atrasado face a 2023 (apenas 13%). Situação semelhante ocorre com o indicador físico relativo às Áreas Foco 5B e 5C. No que se refere às Áreas Foco 5A, 5D e 5E, os dados considerados pela Autoridade de Gestão superam em muito as metas intermédias e finais. Contudo, a equipa de avaliação entende que deveriam apenas ser contabilizadas as superfícies apoiadas em operações com grau de conclusão elevado. Nessa situação, as áreas efectivamente abrangidas corresponderiam até ao momento a apenas 11% da meta de 2018 e 2% da meta para 2023;
- A Prioridade 6, relativa à implementação da abordagem LEADER, superou o objectivo para 2018 relativo à despesa pública, estando bastante aquém do valor definido para 2023. No que se refere ao indicador relativo à população abrangida, foi já superada a meta de 2018 e praticamente alcançado o objectivo final para 2023.

## Anexo V – Lista de Entrevistas Realizadas

No âmbito da presente Avaliação de 2019 do PRODERAM 2020, a equipa de avaliação realizou diversas deslocações à Região Autónoma da Madeira e uma deslocação a Bruxelas, tendo reunido com as seguintes entidades:

- AAM - Associação dos Agricultores da Madeira - Abril de 2019;
- ACAPORAMA - Associação de Casa do Povo da Região Autónoma da Madeira - Abril de 2019;
- ADRAMA – Associação para o Desenvolvimento da Região Autónoma Madeira - Abril de 2019;
- AJAMPS - Associação de Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo - Abril de 2019;
- AMRAM - Associação Municípios da Região Autónoma da Madeira - Abril de 2019;
- ARM - Águas e Resíduos da Madeira - Janeiro e Abril de 2019;
- Associação de Regantes Achada e Casas Próximas - Abril de 2019;
- Associação dos Terrenos das Serras da Freguesia da Ilha - Abril de 2019;
- Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020 – diversas reuniões entre Novembro de 2018 e Abril de 2019;
- Câmara Municipal do Funchal - Abril de 2019;
- Comissão Europeia - DG AGRI – Unidade F.5 Portugal e Espanha – Março 2019;
- Critérios de Escolha - Abril de 2019;
- DRA - Direcção Regional de Agricultura – Janeiro e Abril de 2019;
- DRE - Direcção Regional de Estatística – Janeiro de 2019;
- DROTA - Direcção Regional do Ordenamento do Território e do Ambiente - Janeiro e Abril de 2019;
- IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas – núcleo regional da Madeira - Abril de 2019;
- IFCN - Instituto das Florestas e Conservação da Natureza - Janeiro e Abril de 2019;
- MBEZF - Abril de 2019;
- Universidade da Madeira - Abril de 2019;
- Vinhos Barbeito Madeira - Abril de 2019.